

Comissão Própria de Avaliação do IFRS

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO IFRS – 2016

Bento Gonçalves – RS, março de 2017.

Organização

Letícia Martins de Martins

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Michel Temer

Presidente da República

José Mendonça Bezerra Filho

Ministro da Educação

Eliane Neves Braga Nascimento

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Oswaldo Casares Pinto

Reitor

Tatiana Weber

Pró-reitora de Administração

José Eli Santos dos Santos

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

Clarice Monteiro Escott

Pró-reitora de Ensino

Viviane Silva Ramos

Pró-reitora de Extensão

Eduardo Giroto

Pró-reitor de Pesquisa e Inovação

Representantes Locais

CPA Bento Gonçalves

Mauricio Covolan Rosito
Alexandre Gomes Ribeiro
Marcio Luiz Tremarin
Ademar Kuminiki
Wagner Possamai Cainelli
Helder Sá Leitão de Melo
Gilberto Pedrucci

CPA Canoas

Ronaldo Nunes Orsini
Sandro José Ribeiro da Silva
Amadeu Mozarte Freitas Pinheiro
Cintia Lauriane Steidorff Jhanke

CPA Caxias do Sul

Eliana Fernandes Borragini
Andre Augusto Andreis
Juliana dos Santos
Michele Oliveira da Silva Franco
Miguel Augusto Beulk Carvalho
Eduardo Boff Ribeiro

CPA Erechim

Leonora Devensi
Elisandra Palaro
Priscila Wagner
Demian Boaroli
Gustavo Henrique Ceni
Rodrigo José Ramos Mazutti
Tailane Catagnara
João Carlos de Andrades

CPA Farroupilha

Felipe Martin Sampaio
Jean Rolt Jaquim
Fernando da Silva dos Reis
Rafael Kirchhof Ferret
Gilvanei Mariuzza
Abrão C de Souza

CPA Feliz

Dolurdes Voos
Andreia Veridiana Antich
Ricardo Sampaio
Leticia Maria Mossmann
Leandro Oscar Petry
Roberto Zwirtes

CPA Ibirubá

Edmilson Antônio Bravo Porto
Marsoé Cristina Dahlke
Ana Paula de Almeida
Sandra Meinen da Cruz
Danila Aparecida Fernandes Picolo Cavalheiros
Liliane da Nunciação

CPA Osório

Josias Neubert Savóis
Larissa Astrogildo de Freitas
Caroline de Castro Pires
Patrícia Prochnow
Augusto Weiland
Allan Alves de Souza
Marcelo Vianna
Ana Paula Silva da Luz
Lucas Dias Iglezias Castanheira
Franciele Pereira
Enzo Aliardi Neubert
Mariana Ayala Goldani
Anair Teresina Fiorenzano de Lima
Edson Terra

CPA Porto Alegre

Gabriela Fernanda Cé Luft
Tissiane Schmidt Dolci
Ângela Flach
Karin Tallini
Diego Hepp
Daniela Soares Rodrigues
Cristiane Stella Thomas
Gabriel Fernandes Silveira
Andréa Gislaine Del Villar da Cruz
Samantha Prestes Monteiro
Átila Machado Costa
Denis Alberto Barbieri Butori

CPA Restinga

Fabiano Giacomazzi de Almeida
Rudinei Muller
Elizandra Martinazzi
Felipe Lima
Fernanda Garcia Pereira

CPA Rio Grande

Alexandre Renato Rodrigues de Souza
Caniel Capella Zanotta
Artur Freitas Arocha

Fábio Rios Kwecko
Thaigor D'armas Neves
Leandro Alves de Ávila

CPA Sertão

Jefferson Gonçalves Acunha
Naiara Miotto
Marie Josiane Fontana
Gustavo Gobbo
Sonia Gotler
Bruno dos Santos de Oliveira
Gabriel Gubiani
Daniel Zimmermann
Jauri Perin
Raul Cechin

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A MISSÃO, O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E AS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	16
1.1. Articulação do PDI com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, consolidação e institucionalização das práticas e participação da comunidade acadêmica interna e comunidade externa.....	16
1.2. A política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.....	28
1.3. Avaliação do processo de atendimento às metas de eficiência e eficácia conforme termo de metas.....	33
1.4. Projeto Pedagógico Institucional – PPI: Ensino de Especialização Lato Sensu e Educação Continuada	33
1.5. Integração entre as propostas de graduação e pós-graduação lato sensu (verticalização)	33
1.6 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Pesquisa	34
1.7. Políticas institucionais de práticas de investigação, iniciação científica e tecnológica, de pesquisa e formas de sua operacionalização.....	34
1.8 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Extensão	34
2. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, NO QUE SE REFERE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, CONSIDERA ESPECIALMENTE, À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, À DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL	36
2.1. Compromisso do IFRS com os programas de inclusão social, ações afirmativas e inclusão digital.....	36
2.2. Relações do IFRS com o setor público, o setor produtivo e o mercado de trabalho	36
3. A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	39
3.1. Percepção da comunidade acadêmica e escolar sobre a comunicação no IFRS	42
3.2 Ouvidoria	45

4. AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	47
4.1 Corpo Docente	47
4.2 Corpo Técnico-Administrativo	48
4.3. Políticas de Capacitação e de Acompanhamento do Trabalho Docente e Formas de sua Operacionalização	48
5. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS	50
5.1 Gestão Institucional	50
6. INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	54
6.1 Instalações Gerais do IFRS.....	54
7. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	63
7.1 CPA: Autoavaliação	63
7.2 Avaliações Externas	64
7.3. Ações Acadêmico-Administrativas em Função dos Resultados das Avaliações do SINAES/MEC	67
8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS.....	69
8.1. Políticas de acesso, seleção e permanência e implementação de ações concretas, bem como de seus resultados	69
8.2. Descrição do programa de avaliação e acompanhamento de egressos e seus resultados.....	70
9. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	72
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo sintetizar e refletir sobre os resultados do processo de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) ao longo do ano de 2016, apresentando a análise dos progressos realizados e dos aspectos que precisam ser discutidos e melhorados, tendo como marco as 10 dimensões dos SINAES.

O IFRS, com sede em Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Atualmente é constituído por 17 (dezesete) campi, apresentados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Campi do IFRS e localização.

Campus	Cidade
Campus Alvorada (em implantação)	Alvorada
Campus Bento Gonçalves	Bento Gonçalves
Campus Farroupilha	Farroupilha
Campus Caxias do Sul	Caxias do Sul
Campus Ibirubá	Ibirubá
Campus Erechim	Erechim
Campus Osório	Osório
Campus Canoas	Canoas
Campus Rio Grande	Rio Grande
Campus Feliz	Feliz
Campus Sertão	Sertão
Campus Porto Alegre	Porto Alegre
Campus Restinga	Porto Alegre
Campus Rolante (em implantação)	Rolante
Campus Vacaria (em implantação)	Vacaria
Campus Veranópolis (em implantação)	Veranópolis
Campus Viamão (em implantação)	Viamão

Por força de Lei, o IFRS é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), e goza de prerrogativas como autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar.

O IFRS estabelece em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) a missão de:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável. (PDI, 2014, p. 18).

O PDI também estabelece os valores do IFRS, e estes garantem a todos os seus campi a autonomia da gestão institucional democrática tendo como base os princípios constitucionais da Administração Pública:

- Legalidade
- Impessoalidade
- Moralidade
- Publicidade
- Eficiência
- Ética
- Desenvolvimento Humano
- Inovação
- Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Qualidade e Excelência
- Autonomia
- Transparência
- Respeito
- Compromisso Social

Caracterizado como Instituição de identidade singular e estrutura multicampi, o IFRS busca, no cumprimento de suas obrigações legais e propósitos de criação, ser agente de transformação regional, alicerçado nas seguintes finalidades:

I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos

setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

No ano letivo de 2016, o IFRS contou com um total de **18.440** estudantes matriculados nos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante, subsequente e PROEJA), cursos de nível superior (tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e engenharias) e cursos de pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu*, distribuídos conforme informações dos quadros a seguir.

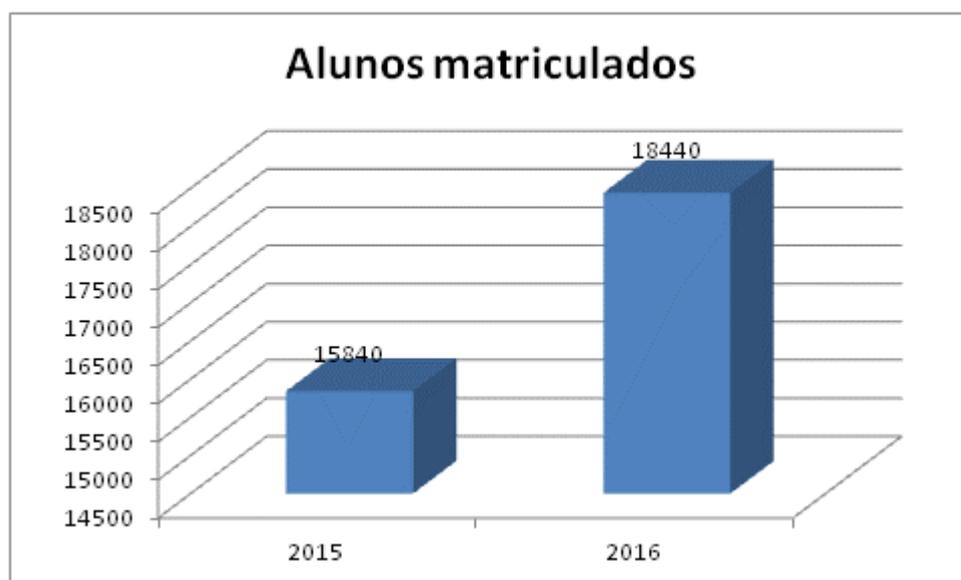
Quadro 2 – Cursos ofertados pelo IFRS e alunos matriculados em 2016.

Cursos ofertados em 2016 (Fonte: Sistec)						
Campus	Técnico	Tecnólogo	Licenciatura	Bacharelado	Especialização	Mestrado
Alvorada	2	0	0	0	0	0
Bento Gonçalves	4	4	3	0	2	0
Canoas	3	3	1	0	0	0
Caxias do Sul	4	2	1	0	0	1
Erechim	5	2	0	2	0	0
Farroupilha	5	2	1	2	0	0
Feliz	3	2	2	1	1	0
Ibirubá	5	0	1	3	1	0
Osório	4	2	2	0	1	0
Porto Alegre	15	3	2	0	2	1
Restinga	5	3	0	0	0	0
Rio Grande	12	2	0	1	0	0
Rolante	3	0	0	0	0	0
Sertão	3	4	2	2	1	0
Vacaria	4	0	0	1	0	0
Veranópolis	2	0	0	0	0	0
Viamão	4	0	0	0	0	0
Total (IFRS)	83	29	15	12	8	2

Fonte: Procuradoria Institucional do IFRS.

O mapeamento de ofertas de cursos pelo IFRS revela o cenário institucional no qual houve um aumento na quantidade total de alunos, 15.884 para 18.440, o que corresponde a 2.556 novas vagas (Figura 1).

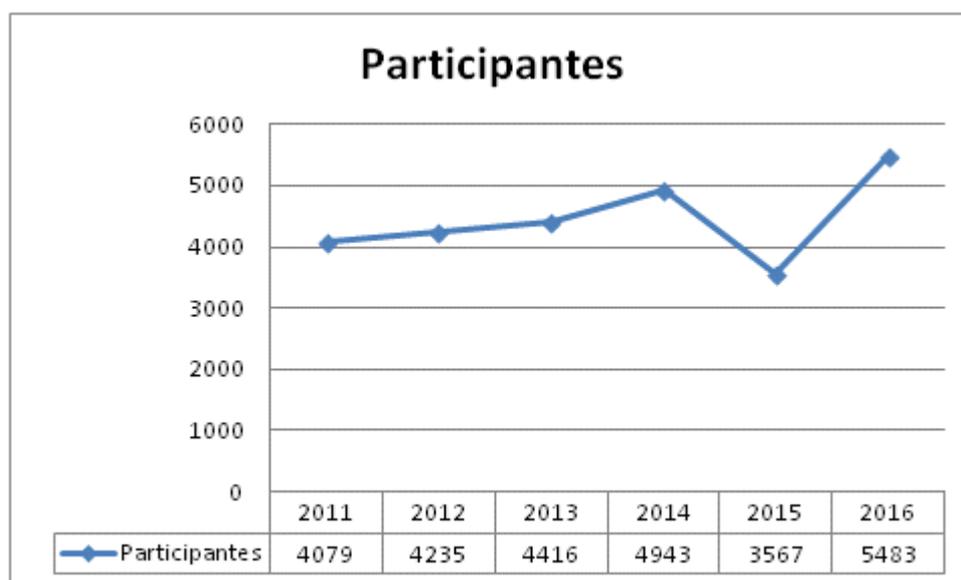
Figura 1 – Número de estudantes matriculados no IFRS.



Alunos matriculados em 2016 (Fonte: Sistec)						
Campus	Técnico	Tecnólogo	Licenciatura	Bacharelado	Especialização	Mestrado
Alvorada	231	0	0	0	0	0
Bento Gonçalves	471	717	409	0	24	0
Canoas	376	509	100	0	0	0
Caxias do Sul	623	289	163	0	0	21
Erechim	931	183	0	283	0	0
Farroupilha	427	250	17	251	0	6
Feliz	231	199	117	60	75	2
Ibirubá	434	22	111	227	30	0
Osório	819	181	99	0	35	0
Porto Alegre	2.302	568	225	0	58	38
Restinga	561	343	0	0	0	0
Rio Grande	1.804	465	40	89	0	0
Rolante	236	0	0	0	0	0
Sertão	885	479	250	395	53	0
Vacaria	135	0	0	25	0	0
Veranópolis	118	0	0	0	0	0
Viamão	448	0	0	0	0	0
Total (IFRS)	11.032	4.205	1.531	1.330	275	67

Desde a sua criação em 2010, a Comissão Própria de Avaliação do IFRS (CPA Central), juntamente com as Comissões Próprias de Avaliação Locais (uma para cada campus), vêm divulgando os resultados do processo avaliativo realizado anualmente. Os resultados da Autoavaliação Institucional geram, a cada ano, um relatório geral do IFRS e relatórios específicos de cada campus, que em sua estrutura buscam contemplar a relação entre as dez dimensões do SINAES, bem como a realidade institucional apresentada durante cada ano. Cabe ressaltar que o instrumento online que possibilitou a consulta à comunidade interna em 2016, contando com 11.032 participantes (Figura 2), e o instrumento utilizado para a avaliação institucional junto à comunidade externa, contemplaram questões objetivas e descritivas. Todavia, em razão da impossibilidade de descrevê-las nesse relatório, estas informações são sistematizadas e analisadas nos Relatórios de Autoavaliação Institucional dos campi que compõe o IFRS.

Figura 2 – Número de participantes da Autoavaliação Institucional – Instrumento online.



O presente Relatório de Autoavaliação tem o objetivo de apresentar os resultados do processo avaliativo de 2016 em uma perspectiva geral. Cabe às CPAs Locais disseminar as discussões e as possibilidades de implementação das ações de superação específicas de cada realidade junto de sua comunidade interna e externa, em parceria com as equipes gestoras.

O Programa de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (PAI IFRS) coordenado pela CPA Central, em

articulação com as CPAs Locais, foi organizado de forma a buscar elementos junto às equipes diretivas dos campi e à comunidade, que alimentassem a reflexão sobre o cumprimento das metas estabelecidas pelo PDI, bem como das políticas de ensino, pesquisa e extensão definidas no Projeto Pedagógico Institucional do IFRS (PPI), e do Termo de Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o MEC e os Institutos Federais em 2012, identificando os indicadores já atingidos e aqueles que precisam ser consolidados e/ou implementados.

A apresentação dos resultados e a definição de ações de superação atentam às especificidades e diversidades de uma Instituição multicampi, além de descrever a singularidade identitária do IFRS.

Os resultados apresentados aqui, e também nos relatórios produzidos pelas CPAs Locais, servem como objeto de análise e fomento de discussão junto ao Conselho Superior (CONSUP), Reitoria, direções de campi e comunidade escolar e acadêmica, com o intuito de dar sentido à Avaliação Institucional, na busca constante da consolidação de uma cultura de autoavaliação no IFRS e contribuindo, assim, com o planejamento institucional.

1. A MISSÃO, O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E AS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Neste item são apresentados dados e discussões com respeito às Dimensões 1 e 2 do SINAES (Missão e PDI; Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão).

Em consonância com o PDI, o IFRS possui como missão a promoção da educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A implementação de políticas voltadas à verticalização e de horizontalidade nos âmbitos do ensino básico, técnico, graduação (através dos cursos tecnológicos, engenharias e licenciaturas), pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, é um constante desafio da Instituição. Estas políticas são baseadas nas políticas indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, apresentadas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

A autoavaliação da Dimensão 1 (Missão e PDI) é norteada pelos seguintes indicadores:

1.1. Articulação do PDI com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, consolidação e institucionalização das práticas e participação da comunidade acadêmica interna e comunidade externa

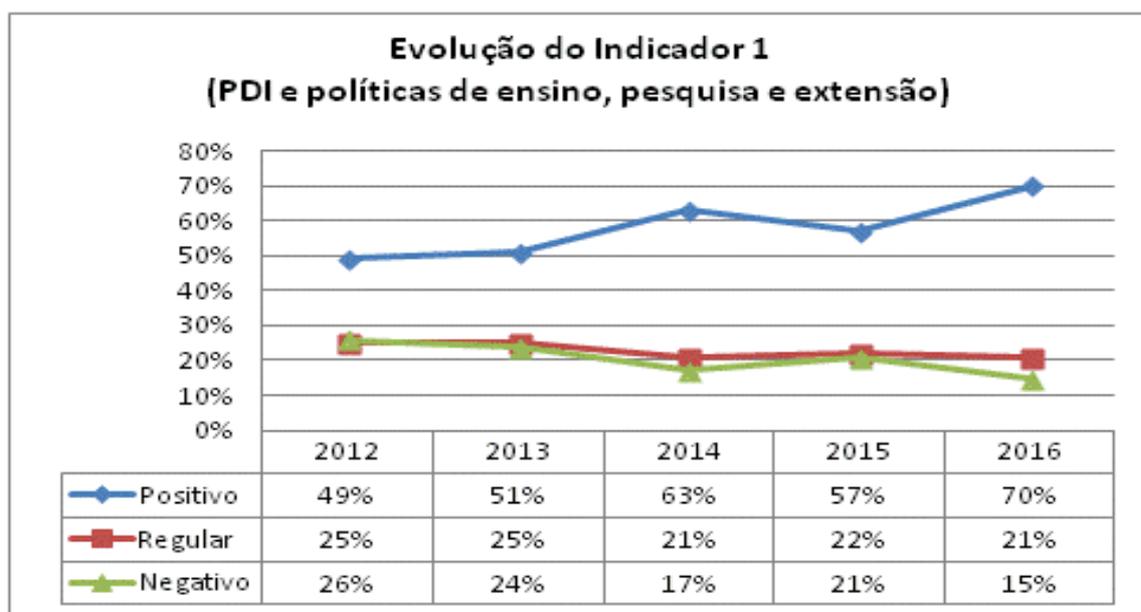
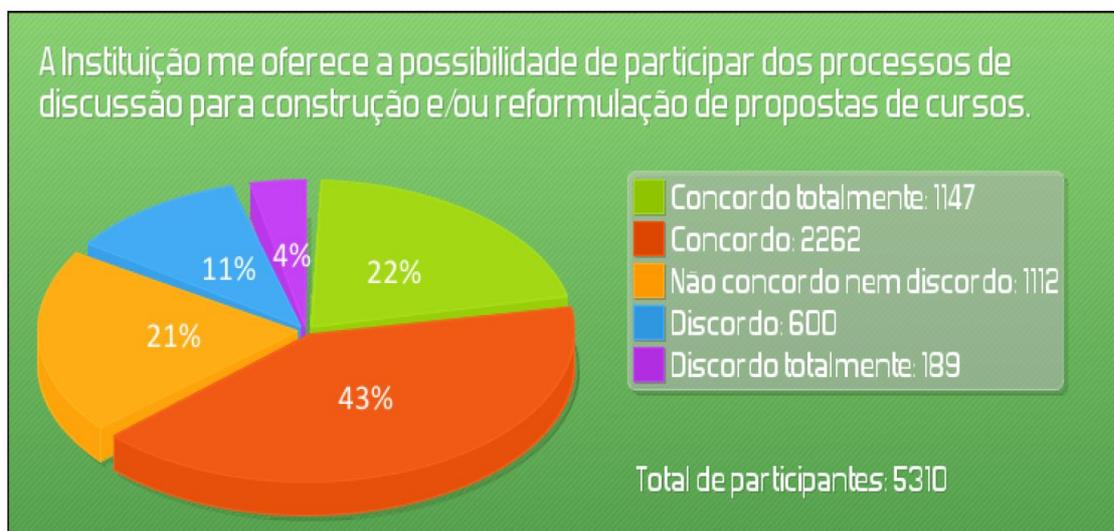
O Programa de Autoavaliação do IFRS estabelece indicadores que buscam identificar, tendo como base a percepção da comunidade interna e externa, a implementação e consolidação de políticas de ensino, pesquisa e extensão, atentando à realidade dos Institutos Federais.

Nas figuras a seguir apresenta-se uma evolução das respostas para cada questão de 2012 a 2016. “Positivo” refere-se às respostas “Concordo” ou “Concordo totalmente”, “Regular” à resposta “Não concordo nem discordo” e “Negativo” às respostas “Discordo” ou “Discordo totalmente”.

Quanto ao Indicador 1 (Figura 3), “A Instituição me oferece a possibilidade de participar dos processos de discussão para construção e/ou reformulação de propostas de cursos”, observa-se que 70% (13% a mais do que na Autoavaliação do ano de 2015) da comunidade interna (estudantes e servidores) percebe possibilidades de participação nestes processos. Há que se destacar uma redução (de 21% para 15%)

de respondentes que discordam, ou discordam totalmente da assertiva citada, o que parece indicar um acréscimo na indiferença em relação aos processos de participação institucional, que ainda pode ser justificada pela dinâmica de consolidação institucional.

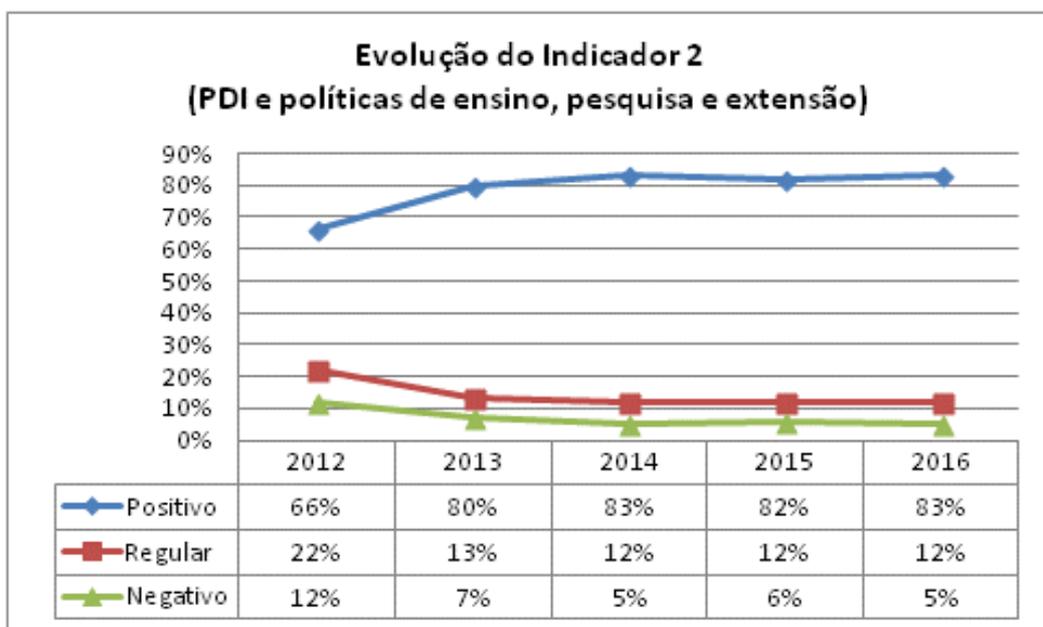
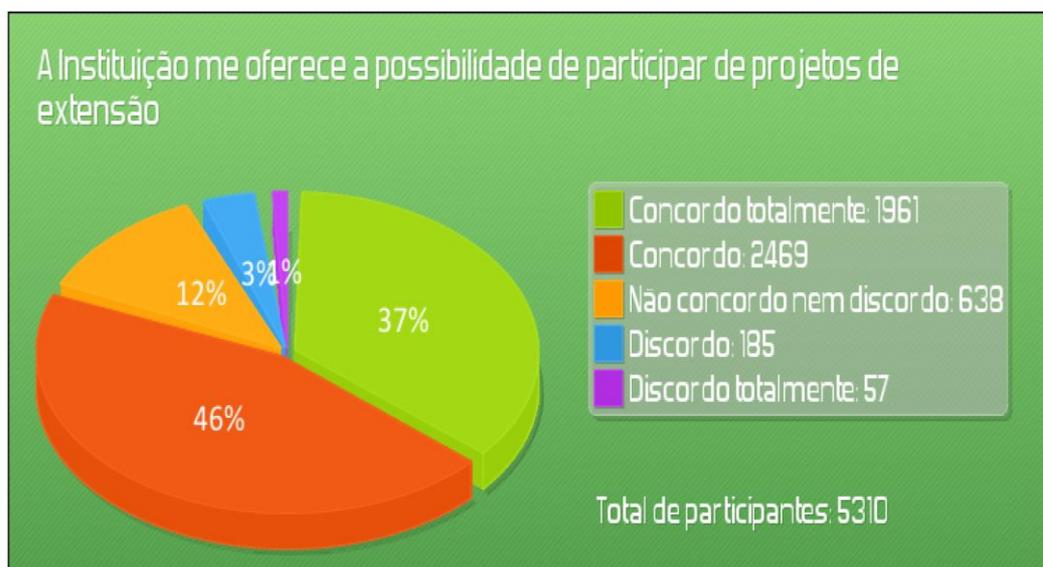
Figura 3 – PDI e políticas de ensino, pesquisa e extensão: Indicador 1.



Com o Indicador 2 (Figura 4), “A Instituição me oferece a possibilidade de participar de projetos de extensão”, percebe-se a evolução obtida ao longo do tempo, na medida em que no ano de 2012 as respostas satisfatórias estavam em 66%. No ano

de 2015, atingiram 83%, ao mesmo tempo em que as negativas tiveram uma redução de 1% (de 6% para 5%). Estes dados retratam uma melhoria, implementação e execução de políticas e ações que oportunizem a efetiva participação da comunidade nas ações de extensão.

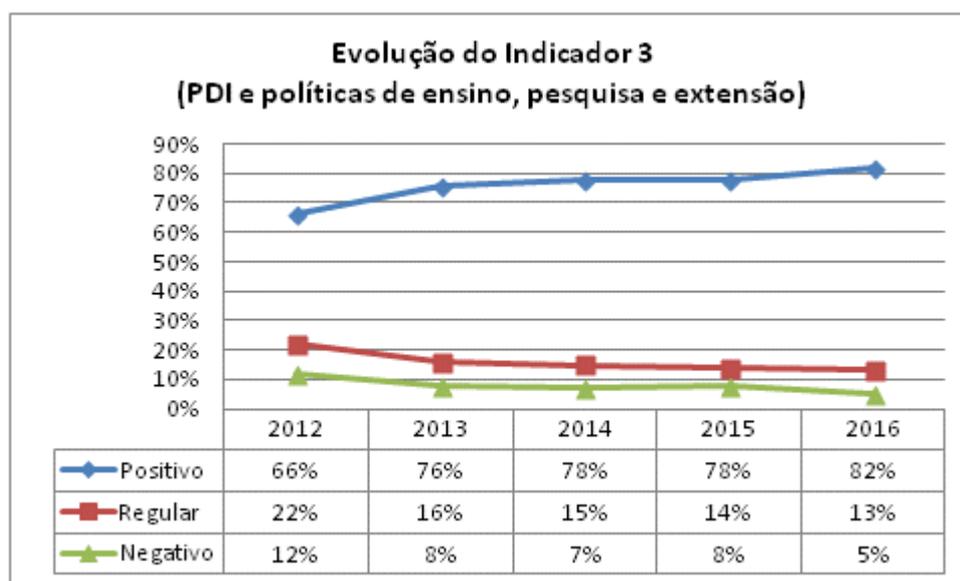
Figura 4 – PDI e políticas de ensino, pesquisa e extensão: Indicador 2.



Com relação ao Indicador 3 (Figura 5), “A Instituição me oferece a possibilidade de participar de pesquisa”, 82% dos participantes manifestaram concordar ou concordar totalmente com as possibilidades de participação nas atividades de

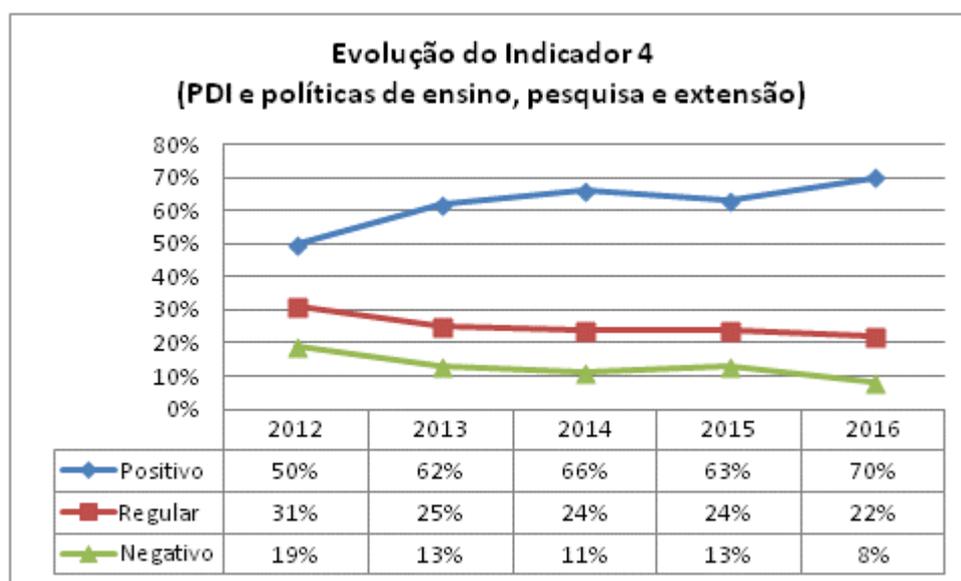
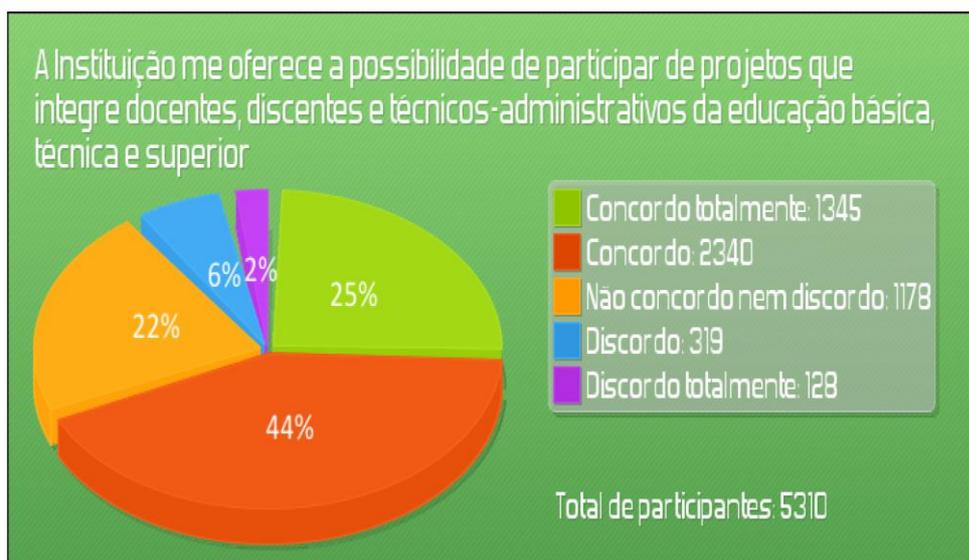
pesquisa, o que representa um número significativo. Todavia, 5% demonstra insatisfação neste item.

Figura 5 – PDI e políticas de ensino, pesquisa e extensão: Indicador 3.



No Indicador 4 (Figura 6), “A Instituição me oferece a possibilidade de participar de projetos que integrem docentes, discentes e técnicos-administrativos da educação básica, técnica e superior”, referente à verticalização do ensino, 70% dos respondentes afirmam concordar ou concordar totalmente com as possibilidades de participação. Além disso, 8% responderam discordar ou discordar totalmente da possibilidade de participar de projetos que envolvam esta integração e 22% responderam ser indiferentes neste item.

Figura 6 – PDI e políticas de ensino, pesquisa e extensão: Indicador 4.



Apesar dos indicadores apresentados, percebe-se um aumento gradual das ações de pesquisa e extensão na Instituição, como pode-se observar nos dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) e pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) apresentados a seguir.

Tabela 1 – Grupos e linhas de pesquisa.

GRUPO	LÍDER	ÁREA PREDOMINANTE
Acessibilidade Virtual e Tecnologia Assistiva	Andréa Poletto Souza	Ciências Humanas
ACESSIBILIDADE, LEITURA E INFORMAÇÃO	Eliane Lourdes da Silva Moro	Ciências Sociais Aplicadas
Administração e Inovação	Marcelo Machado Barbosa Pinto	Ciências Sociais Aplicadas
Alimentos: tecnologia, microbiologia, bioquímica e saúde	Taís Letícia Bernardi	Ciências Agrárias
Arranjos Produtivos	José Edson Azevedo da Silva	Ciências Sociais Aplicadas

AUTENTICIDADE E ALTERIDADE NOS PROCESSOS SOCIAIS, EDUCACIONAIS E PROFISSIONAIS	Rogério Foschiera	Ciências Humanas
Avaliação Energética de Sistemas Térmicos	Ivoni Carlos Acunha Junior	Engenharias
Bioquímica e fisiologia do exercício físico	Vivian Treichel Giesel	Ciências da Saúde
Biotecnologia e Citogenética Vegetal	Adriano Michel	Ciências Biológicas
Ciência dos Materiais e Meio Ambiente	Sílvia Regina Grando	Ciências Exatas e da Terra
Ciência e Tecnologia Alto Jacuí	Ben-Hur Costa de Campos	Ciências Agrárias
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Wagner Luiz Priamo	Ciências Agrárias
Ciência e Tecnologia dos Materiais	Juliano Cantarelli Toniolo	Engenharias
Ciência e Tecnologia dos Materiais Cerâmicos	André Zimmer	Engenharias
Ciências Agrícolas	Anderson Luis Nunes	Ciências Agrárias
Ciências Exatas e da Natureza, Tecnologias e Educação - CENTE	Priscila Azevedo da Silveira	Ciências Exatas e da Terra
Coletivo de Estudos em Linguagens e Artes - CELinA	Viviane Diehl	Linguística, Letras e Artes
Computação Interdisciplinar e Aplicada Alto Jacuí	Edimar Manica	Ciências Exatas e da Terra
Conservação de espécies vegetais	Juliana Marcia Rogalski	Ciências Biológicas
Cultura, história, educação e moda	Camila Carmona Dias	Ciências Humanas
Cultura, Identidade e Trabalho	Maria Cristina Caminha de Castilhos França	Ciências Humanas
Desenvolvimento de tecnologias ambientais	Vanderlei Rodrigo Bettiol	Engenharias
Economia, Política e Sociedade	Marcelo Mallet Siqueira Campos	Ciências Sociais Aplicadas
Educação em Ciências da Natureza	Cibele Schwanke	Ciências Humanas
Educação em Ciências e Matemática	Ana Dionéia Wouters	Ciências Exatas e da Terra
Educação Física e a Educação Profissional	Tatiana Teixeira Silveira	Ciências da Saúde
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E EDUCAÇÃO	Neila de Toledo e Toledo	Ciências Humanas
Educação Profissional e Humanidades	André Luiz Portanova Laborde	Ciências Humanas
Educação, Experiências Docentes e Direitos Humanos	Letícia Schneider Ferreira	Ciências Humanas
Educação, Inovação e Trabalho	Márcia Amaral Corrêa de Moraes	Ciências Humanas
Educação, Lazer e Saúde	Cíntia Mussi Alvim Stocchero	Ciências da Saúde
ELLOS - Estudos Linguísticos e Literários	Maite Moraes Gil	Linguística, Letras e Artes
Engenharia de Software e Sistemas Autônomos	Ana Paula Lemke	Ciências Exatas e da Terra
Ensino de Ciências e Matemática - ECiMat	Susana Beatris Oliveira Szewczyk	Ciências Exatas e da Terra
Ensino de Física do IFRS	Jader da Silva Netto	Ciências Humanas
Ensino, Linguagens e suas Tecnologias	Paula Gaida Winch	Linguística, Letras e Artes
Estratégia Organizacional, Negócios Internacionais e Governança Corporativa	Eduardo Angonesi Predebon	Ciências Sociais Aplicadas
Formação de Professores	Maria Augusta Martiarena de Oliveira	Ciências Humanas
GECIT - Educação, cidadania e turismo	Hernanda Tonini	Ciências Sociais Aplicadas
GEEP - Grupo de Estudos em Educação Profissional	André Noronha Furtado de Mendonça	Ciências Humanas
Geotecnologias e Meio Ambiente	Miguel da Guia Albuquerque	Ciências Exatas e da Terra
Geotecnologias na Gestão Municipal	Franciane de Lima Coimbra	Ciências Exatas e da Terra
GERAR - Grupo de Estudos Referentes ao Agronegócio	Raquel Breitenbach	Ciências Agrárias
Gerenciamento e Tratamento de Resíduos	Magali da Silva Rodrigues	Ciências Biológicas
Gestão Ambiental	Neudy Alexandro Demichei	Ciências Agrárias
Gestão de Recursos Naturais em Horticultura	Diovane Freire Moterle	Ciências Agrárias
Gestão e Inovação	Tânia Craco	Ciências Sociais Aplicadas
Gestão e Tecnologia	Fabrizio Sobrosa Affeldt	Ciências Sociais Aplicadas
Gestão, Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico e Social	Bianca Smith Pilla	Ciências Sociais Aplicadas
GPAER - Grupo de Pesquisa Aplicada em Energias Renováveis	Alexandre José Bühler	Engenharias
GPMETA - Grupo de Pesquisa em Matemática, Ensino, Tecnologias e Aplicações	Rodrigo Sychocki da Silva	Ciências Exatas e da Terra

GPRCAI - Grupo de Pesquisa em Robótica, Controle e Automação Industrial	Vítor Tumelero Valente	Engenharias
Grupo de Desenvolvimento em Mecânica - GDMEC	Luiz Gustavo de Moura da Silva Barbosa	Engenharias
Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Matemática e Tecnologias	Carine Bueira Loureiro	Ciências Humanas
Grupo de Estudos e Pesquisas Ambientais (GEPA)	Luiz Felipe Borges Martins	Ciências Biológicas
Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde	Eliana Cardia de Pinho	Ciências da Saúde
Grupo de Estudos em Educação e desenvolvimento Sustentável	Cláudia Dias Zettermann	Ciências Agrárias
Grupo de Estudos em Educação, Ambiente e Cultura de Paz	Vinícius Lima Lousada	Ciências Humanas
Grupo de estudos em saúde e sociedades	Sabrina Chapuis de Andrade	Ciências da Saúde
Grupo de Estudos em Sistemas de Informação	Tiago Lopes Telecken	Ciências Exatas e da Terra
Grupo de Estudos sobre Território, Tecnologia e Ambiente (TERRA)	Shana Sabbado Flores	Ciências Humanas
Grupo de Informática do IFRS Restinga	Roben Castagna Lunardi	Ciências Exatas e da Terra
Grupo de Pesquisa e Estudos em Informática Educativa	Ernani Gottardo	Ciências Humanas
Grupo de Pesquisa em Automação e Sistemas	Rogério Malta Branco	Engenharias
Grupo de Pesquisa em Ciências Comportamentais	George dos Reis Alba	Ciências Sociais Aplicadas
Grupo de Pesquisa em Ciências e seus Contextos	Marla Heckler	Ciências Exatas e da Terra
Grupo de Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica	Márcia Cristina Souza Madeira Malta Pinto	Ciências Humanas
Grupo de pesquisa em eletroeletrônica	Joel Augusto Luft	Engenharias
Grupo de Pesquisa em Tecnologias de Fabricação Mecânica - GTecFM	Flavio Galdino Xavier	Engenharias
Grupo de Pesquisa Mecânica - Elétrica Alto Jacuí	Ronaldo Cesar Tremarin	Engenharias
Grupo Interinstitucional de Estudos em Educação e Inovação	Clarice Monteiro Escott	Ciências Humanas
Humanizar o Humano: Arte, corpo, linguagens e meio ambiente	Raquel Andrade Ferreira	Linguística, Letras e Artes
Industrialização de Alimentos	Leonardo Souza da Rosa	Ciências Agrárias
INFORMÁTICA APLICADA	Emerson Rogério de Oliveira Junior	Ciências Exatas e da Terra
Informática Aplicada	Andre Peres	Ciências Exatas e da Terra
Inovação e Desenvolvimento de Equipamentos e Instalações Agropecuárias (IDEIA) - Alto Jacuí.	Bruno Conti Franco	Ciências Agrárias
Inovação na Aplicação e no Desenvolvimento de Tecnologias Computacionais	Patricia Nogueira Hubler	Ciências Exatas e da Terra
Inovação Tecnológica e Educação	Vicente Zatti	Ciências Humanas
Irrigação e Biometeorologia	Rodrigo Otávio Câmara Monteiro	Ciências Agrárias
Laboratório de Estruturas e Materiais de Construção Civil - LEMCC	Fabio Costa Magalhães	Engenharias
Leitura, escrita e ensino de línguas	Noemi Luciane dos Santos	Linguística, Letras e Artes
Linguagem, Diferença e Mundo do Trabalho	Aline Ferraz da Silva	Ciências Humanas
Linguagens, Cultura e Educação	Elisa Iop	Ciências Humanas
Logística Empresarial	Cláudia Soave	Ciências Sociais Aplicadas
Manejo e Tratos Culturais em Plantas de Lavoura	Fernando Machado dos Santos	Ciências Agrárias
Matemática e suas Tecnologias	Aline Silva de Bona	Ciências Exatas e da Terra
Metalurgia e Materiais IFRS Farroupilha	Daniela Lupinacci Villanova	Engenharias
Métodos Quantitativos Aplicados	Vera Lúcia Milani Martins	Ciências Exatas e da Terra
Múltiplos Saberes da Educação Profissional	Luciano Gomes Furlan	Ciências Humanas
Musf: Educação Musical; Musicologia; Práticas interpretativas	Ricardo Athaide Mitidieri	Linguística, Letras e Artes
NEET - Núcleo de Estudos sobre Educação e Tecnologia	Ana Lúcia Olegário Saraiva	Ciências Humanas

NEMAS - Núcleo de Estudos em Manejo de Água e Solo	Márcio Luis Vieira	Ciências Agrárias
NEPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares	Paula Gaida Winch	Ciências Humanas
NEPIA - Núcleo de Extensão e Pesquisa em Informática Aplicada	Andréa Poletto Sonza	Ciências Exatas e da Terra
NTL - Núcleo de Tecnologias Livres	Mauricio Soares Ortiz	Outra
Núcleo de Estudos de Gestão para Sustentabilidade	Shana Sabbado Flores	Ciências Sociais Aplicadas
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação em Ciências (NEPEC)	Carlos Ventura Fonseca	Ciências Humanas
Núcleo de Estudos em Políticas Públicas	Lucas Coradini	Ciências Humanas
Núcleo de Estudos Organizacionais	Sérgio Almeida Migowski	Ciências Sociais Aplicadas
Núcleo de Pesquisa em Ensino de Língua e Literatura	Cristina Rorig Goulart	Linguística, Letras e Artes
Núcleo Integrado de Pesquisas em Administração	Luiza Venzke Bortoli	Ciências Sociais Aplicadas
Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ambientais (NIESA)	Simone Caterina Kapusta	Ciências Biológicas
Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Biotecnologia - NIEB	Alessandra Nejar Bruno	Ciências Biológicas
Organizações, Sociedade e Meio Ambiente	Patrícia Rodrigues da Rosa	Ciências Sociais Aplicadas
Pesquisa Aplicada a Materiais	Nara Regina Atz	Engenharias
Pesquisa em Polímeros Avançados	Edson Luiz Francisquetti	Engenharias
Pesquisa em Tecnologias, Produção de Materiais e Linguística Aplicada	Ana Cláudia Pereira de Almeida	Linguística, Letras e Artes
PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E TRABALHO	Daniela de Campos	Ciências Humanas
Pesquisas em Engenharia Elétrica IFRS	Erik Schüler	Engenharias
POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA E	Josimar de Aparecido Vieira	Ciências Humanas
Práticas de Ensino e Análises Educacionais	Eloir De Carli	Ciências Humanas
Práxis: Saberes e Contextos Educativos	Daniel Martins Ayub	Ciências Humanas
Produção Alimentícia	Cristina Simões da Costa	Ciências Agrárias
PRODUÇÃO ANIMAL	Luiz Angelo Damian Pizzuti	Ciências Agrárias
Produção Vegetal	Otávio Dias da Costa Machado	Ciências Agrárias
Projeto e Desenvolvimento de Sistemas	Mauricio Covolan Rosito	Ciências Exatas e da Terra
Química e Bioquímica	Roberta Schmatz	Ciências Exatas e da Terra
Recursos agrícolas nos sistemas de produção vegetal	Eduardo Giroto	Ciências Agrárias
Representação, Resgate e Inovação do Ambiente Construído	Vanessa Patzlaff Bosenbecker	Ciências Sociais Aplicadas
Resíduos Sólidos	Luciana Angelita Machado	Engenharias
SAD - Saúde, Ambiente e Desenvolvimento	Daniel Canavese de Oliveira	Ciências Sociais Aplicadas
SIMD - Segurança da Informação, Infraestrutura de TI, Dispositivos Móveis e Desenvolvimento de	Bruno Chagas Alves Fernandes	Ciências Exatas e da Terra
Sistemas Eletrônicos Integrados	Alexsandro Cristovão Bonatto	Engenharias
Tecnologia em Alimentos	Camila Duarte Teles	Ciências Agrárias
Tecnologia em alimentos	Fernanda Arboite de Oliveira	Ciências Agrárias
Tecnologias em Sistemas de Computação	Rogério Xavier de Azambuja	Ciências Exatas e da Terra
Tecnologias na Educação	Tatiele Bolson Moro	Ciências Exatas e da Terra
Toxicologia Ambiental	Félix Alexandre Antunes Soares	Ciências Biológicas
Viticultura e Enologia	Simone Bertazzo Rossato	Ciências Agrárias
Zootecnia	Fernanda Alves de Paiva	Ciências Agrárias

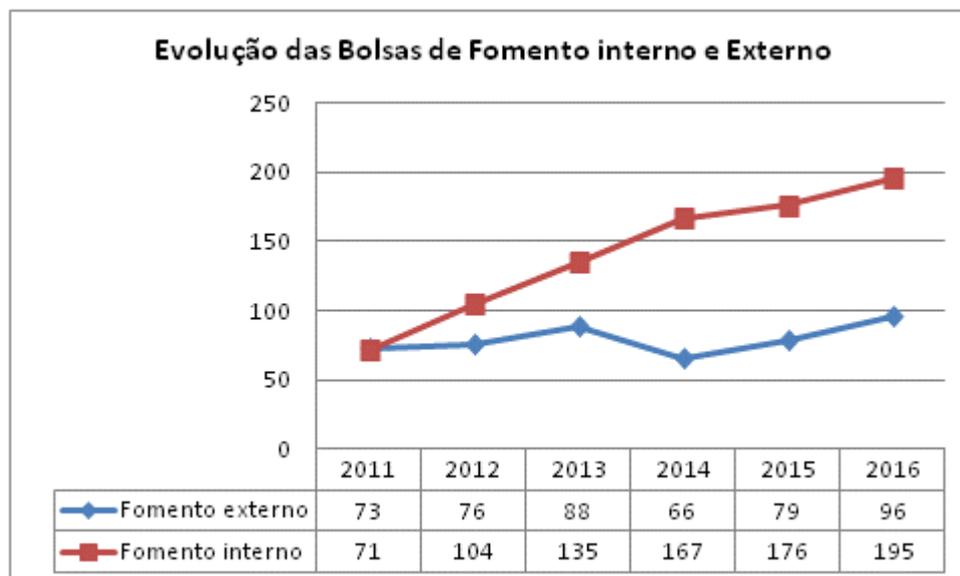
Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

A seguir apresentam-se informações sobre o quantitativo de bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica, informados pela PROPPI.

Tabela 2 – Bolsas de fomento externo e interno.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Fomento externo	73	76	88	66	79	96
Fomento interno	71	104	135	167	176	195

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.



Quadro 3 – Bolsas de Fomento Externo.

CNPq				Fapergs	
PIBITI 22 bolsas	PIBIC 10 bolsas	PIBIC-Af 01 bolsa	PIBIC-EM 40 bolsas	PROBIC 17	PROBITI 06
Total: 96 bolsas					

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Quadro 4 – Bolsas de Fomento Interno.

Campus	Bolsas Técnico (BICET)	Bolsas Superior (BICTES)	AIPCT
Alvorada	3	0	3
Bento Gonçalves	3	17	12
Canoas	3	6	4
Caxias do Sul	19	3	14
Erechim	0	11	5
Farroupilha	4	5	6
Feliz	6	5	1

Ibirubá	1	8	7
Osório	4	3	6
Porto Alegre	12	4	10
Restinga	8	3	10
Rio Grande	19	6	10
Sertão	0	34	6
Vacaria	1	2	2
Viamão	5	0	3
Totais	Total de bolsas 195		Total de AIPCTs 99

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

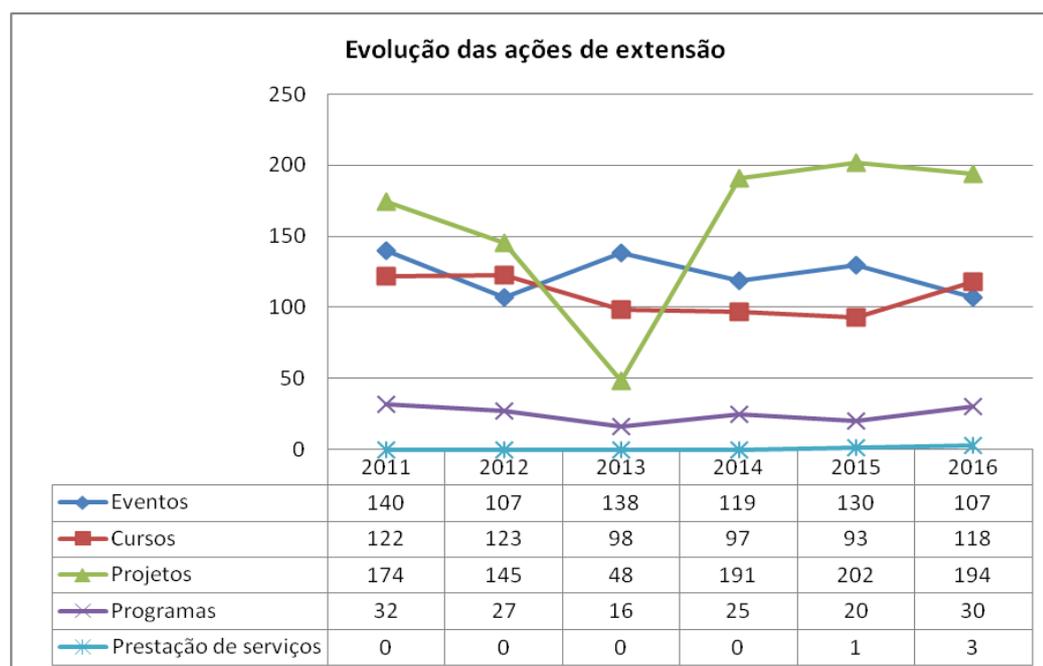
No ano de 2016, seguindo a tendência do ano de 2015, as ações de extensão conquistaram um significativo aumento, o que pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 3 – Ações de extensão.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Eventos	140	107	138	119	130	107
Cursos	122	123	98	97	93	118
Projetos	174	145	48	191	202	194
Programas	32	27	16	25	20	30
Prestação de serviços	-	-	-	-	1	3
Total de ações	468	402	300	432	446	452

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão.

Figura 7: Evolução das ações de Extensão



Os estudantes participantes do Programa Ciência sem Fronteiras permaneceram em frequente formação pelo programa, bem como participando de convênios internacionais conforme quadro a seguir.

Quadro 5 – Estudantes do IFRS em ações de convênios internacionais em 2016

RELATÓRIO DE MOBILIDADE ANO 2016 PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS						
Nome do Aluno	Campus de origem	Edital do CSF	Curso no IFRS	Instituição de destino	Início da	Término da
CASSIO SANTOS HUBNER	Porto Alegre	Chamada CsF 180/2014 Estados Unidos/FULB	SISTEMAS PARA INTERNET	MISSOURI WESTERN STATE UNIVERSITY	01/08/2015	31/08/2016
IGOR DE AZEVEDO KIMIECIKI	Porto Alegre	Chamada CsF 180/2014 Estados Unidos/FULB	SISTEMAS PARA INTERNET	SALEM STATE UNIVERSITY	01/08/2015	31/08/2016

MARIA LUCIA FRARON	Bento Gonçalves	Chamada CsF 183/2014 ? Itália/UNIBO	VITICULTURA E ENOLOGIA	UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI FIRENZE	01/08/2015	31/07/2016
NATALIA CIPRIANI	Bento Gonçalves	Chamada CsF 183/2014 ? Itália/UNIBO	HORTICULTURA	UNIVERSITÀ DI BOLOGNA	01/08/2015	31/07/2016
LUCAS ANTÔNIO GODOI VIEIRA	Erechim	Chamada CsF 180/2014 Estados Unidos/FUL	ENGENHARIA MECÂNICA	MINNESOTA STATE UNIVERSITY, MANKATO	01/06/2015	31/06/2016
Convênio Ifrs e Sault College Do Canadá - 2016						
Nome do Aluno	Campus de origem	Curso no IFRS	Instituição de destino	Início da	Término da	
KAREN GARCIA DOS SANTOS	Porto Alegre	SISTEMAS PARA INTERNET	SAULT COLLEGE, CANADÁ	07/09/16	17/12/16	

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão.

Ações de superação 2017-2018

Em uma análise geral dos indicadores da Dimensão 1, a CPA Central atenta para pontos que carecem de investimento:

- Ampliar as ações de pesquisa e inovação no IFRS, principalmente em relação às agências de fomento externo;
- Ampliar política de capacitação de docentes, visando proporcionar melhoria da qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, em especial no que se refere à verticalização do ensino, da pesquisa e da extensão na Instituição;
- Proporcionar espaços de interação da comunidade acadêmica em conjunto da comunidade externa organizada, para discussão e elaboração de estratégias e planejamento de ações alicerçadas no papel dos Institutos Federais, que é de ser agente transformador no desenvolvimento local e regional, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão;

- Ampliar a discussão em relação à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Ampliar o número de projetos que envolvam inovação científica e tecnológica;
- Consolidar política para implantação de novos cursos atentando aos arranjos produtivos locais e regionais, levando em consideração dados e levantamentos estatísticos, com o intuito de cumprir com os dispositivos do PDI.

1.2. A política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

Tendo em vista a consolidação das políticas públicas para os Institutos Federais, no que se refere à dimensão de política de ensino, pesquisa e extensão indissociados entre si, baseados nos eixos de verticalidade, horizontalidade, tecnologia, cultura e inovação, esta consolidação é de significativa importância na conjuntura política administrativa da Instituição. Esta indissociabilidade é apresentada em diversos documentos e normativas institucionais, dentre elas o PDI e o PPI. Além de ser observada na prática cotidiana institucional e no cumprimento das diretrizes expressas nos documentos, também pode ser analisada pelos instrumentos de avaliação institucional.

A partir deste cenário, discute-se o Projeto Político Pedagógico do IFRS por meio dos indicadores a seguir.

Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Cursos oferecidos – graduação (tecnológica, licenciatura, bacharelado), técnico, PROEJA, presencial e a distância, pós-graduação *lato e stricto sensu*

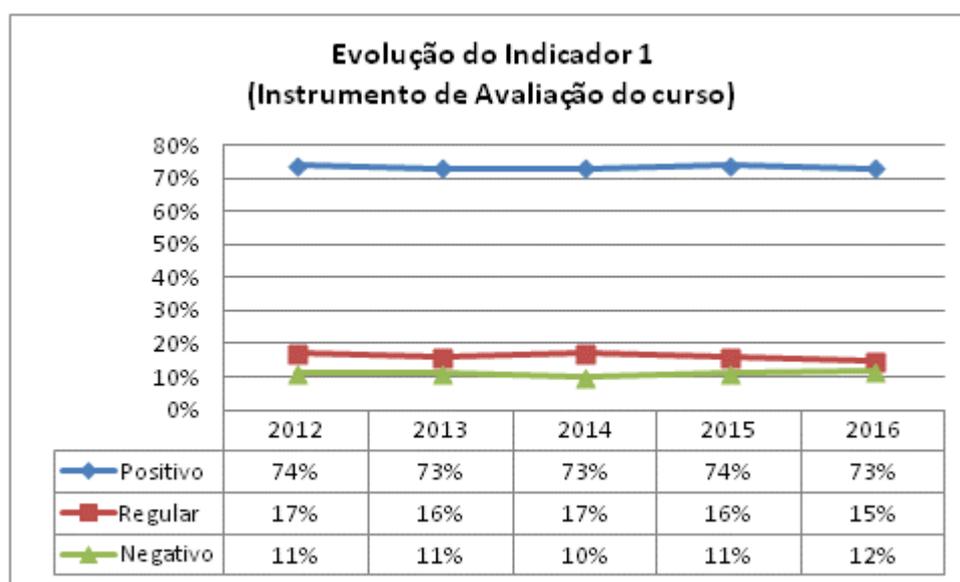
Cabe lembrar que o Projeto Pedagógico Institucional do IFRS (PPI) foi implantado em 2011 (Resolução CONSUP nº 109 de 20 de dezembro de 2011), grande avanço no que se refere às ações de superação apontadas no Relatório de Autoavaliação de 2010. Recorda-se que o processo de construção deste documento de imensa relevância institucional foi um marco de construção coletiva e participativa

integrando os segmentos da comunidade interna do IFRS (estudantes e servidores) de todos os campi.

Os instrumentos de avaliação de curso e de autoavaliação discente corroboram com a identificação da consolidação das políticas definidas no PPI do IFRS.

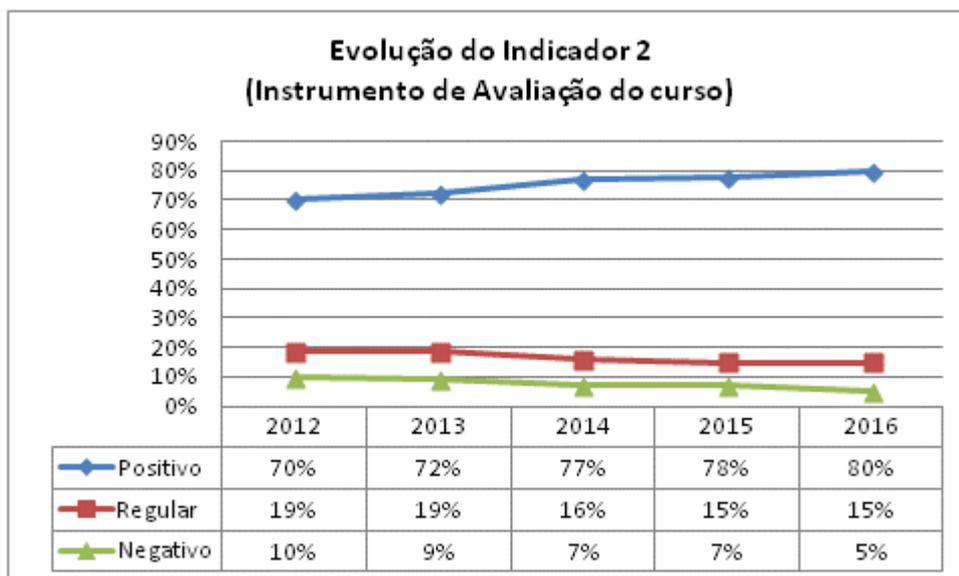
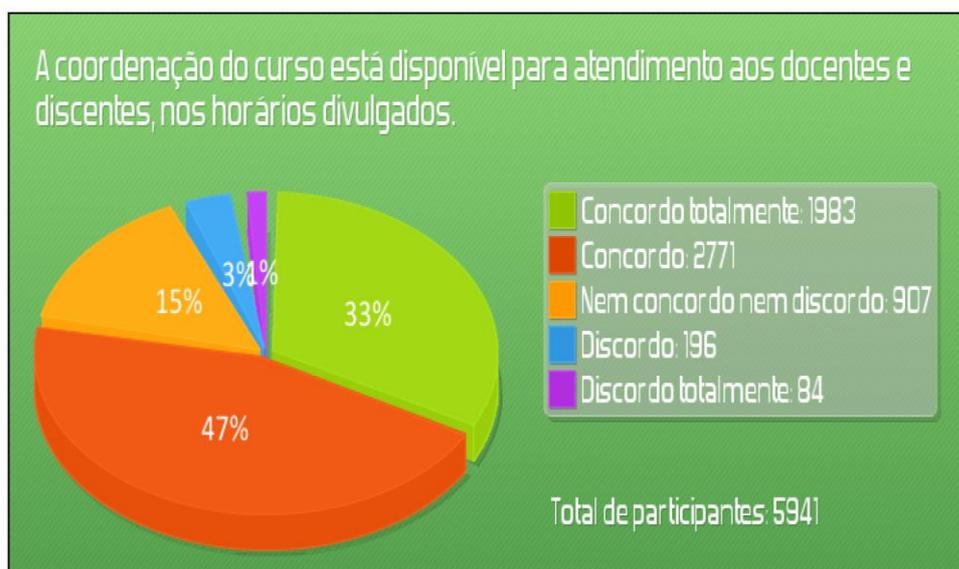
Com relação ao Indicador 1 do “Instrumento de Avaliação do Curso” (Figura 8), “O currículo do curso é atualizado e atende às necessidades do mercado de trabalho”, verifica-se que 73% dos participantes concorda ou concorda totalmente, sendo que 12% discorda ou discorda totalmente. Identifica-se que 15% dos participantes que participaram da avaliação online não concordam nem discordam.

Figura 8 – Instrumento de avaliação do curso: Indicador 1.



A disponibilidade da coordenação do curso para atendimento aos docentes e discentes é avaliada através do Indicador 2 do “Instrumento de Avaliação do Curso” (Figura 9). 80% dos participantes que responderam à avaliação posicionaram-se entre concordam e concordam plenamente, sendo que apenas 5% discordam ou discordam totalmente. 15% dos estudantes demonstram nem concordar nem discordar com a assertiva. Desta forma, é perceptível que os coordenadores de curso, de uma forma geral, cumprem satisfatoriamente o papel de gestores e educadores.

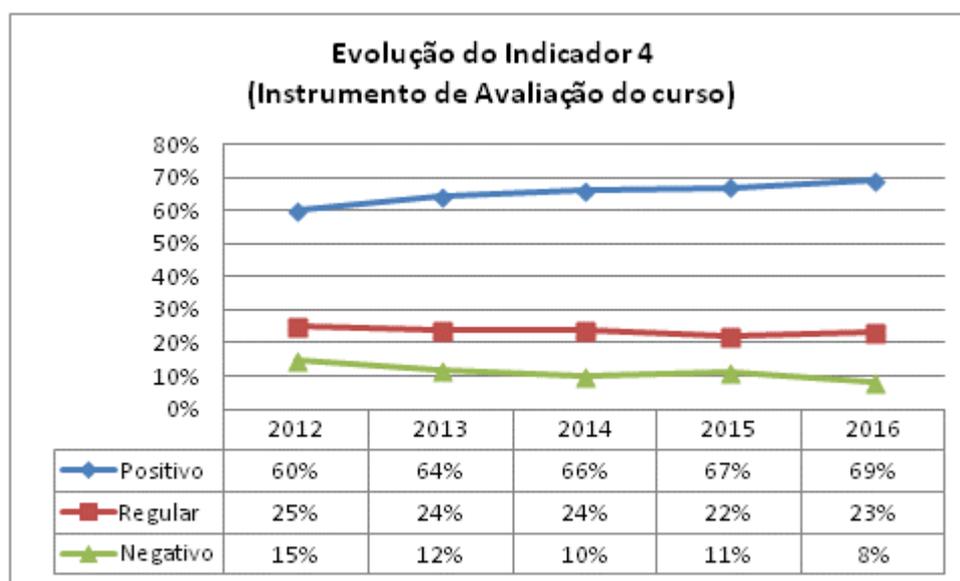
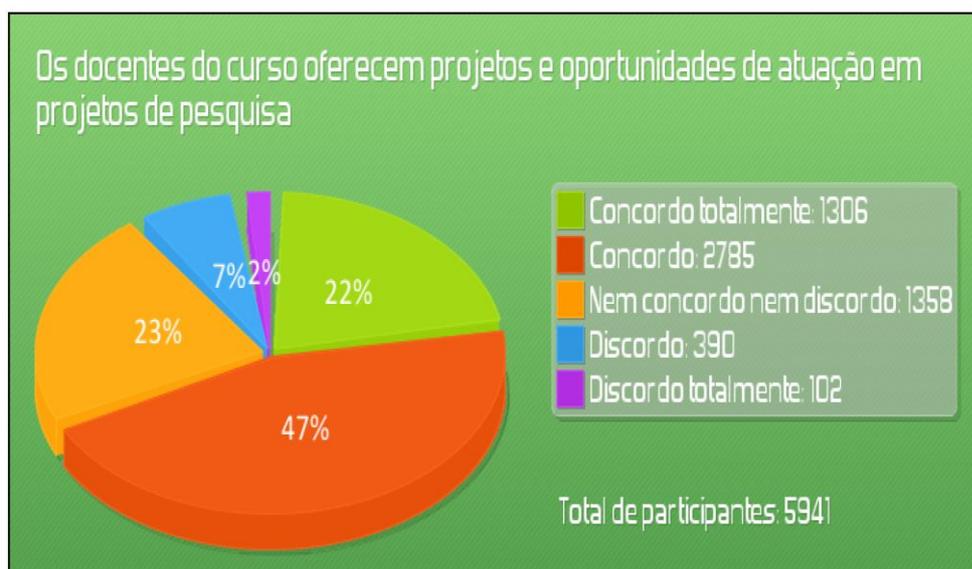
Figura 9 – Instrumento de avaliação do curso: Indicador 2.



No Indicador 4 (Figura 10), “O curso oferece projetos e oportunidades de atuação em projetos de pesquisa”, identifica-se que 69% (2% a mais do que na avaliação do início do triênio) dos participantes concordam ou concordam totalmente com essa afirmação,

sendo que apenas 8% dizem discordar ou discordar totalmente. Percebe-se, um avanço significativo ao longo da série histórica na avaliação desse indicador, ainda que se diagnostique a necessidade de consolidação de uma política de caráter mais formativo para atender esta dimensão. Nesse sentido, pode-se identificar que as políticas de pesquisa propostas no PDI vêm recebendo investimentos significativos no âmbito do desenvolvimento da cultura investigativa e da pesquisa como princípio educativo, conforme prevê o documento.

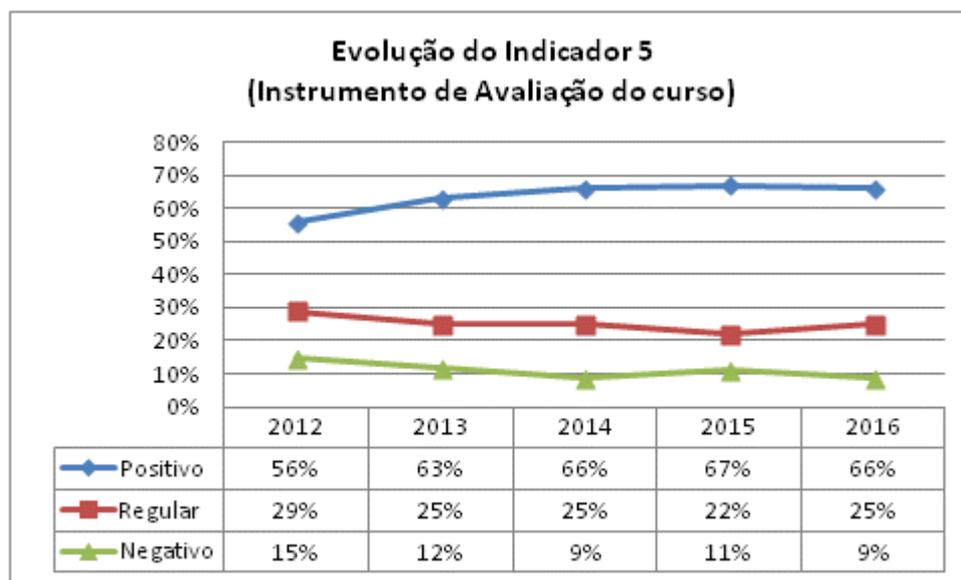
Figura 10 – Instrumento de avaliação do curso: Indicador 4.



O Indicador 5 (Figura 11), “O curso oferece projetos e oportunidades de atuação em projetos de extensão”, apresenta como resultado 66% (1% a menos em relação ao

ano de 2015) de participantes que concordam ou concordam totalmente com a existência dessas oportunidades. Dos respondentes, 9% apontam que discordam ou discordam totalmente da existência das possibilidades de participação na extensão. Destaca-se a percentagem de 25% dos respondentes que referem nem concordar nem discordar, ou que discordam ou discordam totalmente, o que pode indicar a necessidade de um maior investimento em processos formativos no que se refere à divulgação e entendimento do que são e de quais as finalidades das ações de extensão.

Figura 11 – Instrumento de avaliação do curso: Indicador 5.



1.3. Avaliação do processo de atendimento às metas de eficiência e eficácia conforme termo de metas

Visando atender a este ponto, cabe citar algumas estratégias que foram consolidadas tendo como base o ano de 2016: fomento interno de Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Superior (BICTES), Bolsa de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Técnico (BICET) e Programa de Auxílio Institucional à Produção Científica e/ou Tecnológica (AIPTC).

1.4. Projeto Pedagógico Institucional – PPI: Ensino de Especialização Lato Sensu e Educação Continuada

É de suma importância citar que o PPI do IFRS, dentre suas diretrizes e princípios norteadores, revela que os programas e cursos de pós-graduação no IFRS devem assegurar a necessária articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento nacional, com destaque à sua atuação no plano local e regional. (PPI, 2011, p. 46)

E em consonância com o PDI da Instituição, esta prática de levar o ensino indissociado à pesquisa como estratégia de verticalização do ensino está voltada ao atendimento de demandas locais e regionais, aos arranjos produtivos locais, bem como, à plena formação de recursos humanos para atender os campos da educação, ciência e tecnologia.

1.5. Integração entre as propostas de graduação e pós-graduação lato sensu (verticalização)

Com a possibilidade da atuação dos docentes entre todos os níveis e modalidades de ensino, a Instituição proporciona que no processo educacional uma significação e ressignificação dos saberes ocorra através da prática cotidiana nos diferentes contextos, permitindo uma reflexão pautada no fazer cotidiano e, portanto, uma construção e reconstrução de inúmeras possibilidades de interação nas diversas conjunturas que se estruturam em cada realidade do processo educacional.

1.6 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Pesquisa

Conforme o PPI (2011, p. 33) o IFRS

[...] tem como prioridade incentivar as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos trabalhadores em educação e discentes. Nesse sentido, compreende como fundamental a articulação da qualidade do ensino ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de nossa região.

Para que tal prioridade se cumpra, se faz necessário o aprimoramento de alguns fluxos e processos, entre eles:

- Buscar alternativas de fomento às ações de pesquisa;
- Realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa, bem como, firmar e manter intercâmbio com instituições científicas, com objetivo de firmar contatos sistemáticos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos;
- Promover o cadastramento das pesquisas institucionais e o fortalecimento dos eixos temáticos estratégicos, procurando expandi-los e/ou associá-los às atividades de ensino e extensão;
- Buscar fomento externo para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação;
- Buscar a aproximação e a integração com os setores produtivos.

Fica evidente que as ações, bem como as políticas de pesquisa da Instituição, vêm se desenvolvendo em consonância com o PPI do IFRS.

1.7. Políticas institucionais de práticas de investigação, iniciação científica e tecnológica, de pesquisa e formas de sua operacionalização

O Núcleo de Inovação Tecnológica do IFRS está em pleno funcionamento, o que destacamos como superação apontada no relatório anterior.

1.8 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Extensão

Como descrito no PPI do IFRS, a ação de extensão é tida como a prática acadêmica institucional que interliga a Instituição com as demandas da comunidade, visando à formação de profissionais aptos ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania. É com ações de extensão que o IFRS contribui efetivamente para o

desenvolvimento socioeconômico e cultural regional, articulando teoria e prática cotidiana e, assim, produzindo saberes e conhecimentos.

Para que se cumpra seu papel social, se faz necessário a indissociabilidade com as ações de ensino e pesquisa, bem como, o fortalecimento destas ações conjuntas; atentando as demandas e necessidades da sociedade.

Ações de superação 2017-2018

Analisando os dados coletados referentes aos indicadores da Dimensão 2, verifica-se que o IFRS apresentou avanços significativos em 2015, principalmente no que se refere à ampliação de projetos de pesquisa e de extensão em todos os campi, com destaque para a abertura de novos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, e a implementação da cultura de participação da comunidade institucional. Para que os avanços continuem, recomenda-se:

- Continuidade de investimento e consolidação das ações de pesquisa e extensão em todos os campi;
- Consolidação da pós-graduação *lato e stricto sensu*;
- Consolidação dos programas de fomento à pesquisa, em especial oriundos das agências externas de fomento, e à extensão;
- Consolidação da política de encargos didáticos, definindo a dedicação docente para as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Conclusão da infraestrutura necessária aos campi para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Ampliação de convênios e de parcerias com empresas públicas e privadas, parcerias interinstitucionais com IFs, bem como com instituições de ensino nacionais e internacionais.

2. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, NO QUE SE REFERE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, CONSIDERA ESPECIALMENTE, À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, À DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Este item, volta-se à Dimensão 3 do SINAES: Responsabilidade social da IES.

O IFRS, como Instituição de ensino público federal e voltada à formação técnica, tecnológica, científica e cultural, objetiva em suas ações a consolidação das políticas públicas de inclusão como um compromisso social, por meio de processos de ensino, pesquisa e extensão. Assim, neste item do relatório são elencados dados e informações quantitativos e qualitativos para subsidiar possíveis análises e alimentar a construção de indicadores em relação ao compromisso e responsabilidade social.

2.1. Compromisso do IFRS com os programas de inclusão social, ações afirmativas e inclusão digital

O IFRS vem construindo e consolidando políticas de inclusão social, de ações afirmativas e inclusão digital. As ações nos campi são inúmeras e distintas. Cabe neste item destacar as inúmeras ações dos núcleos de ações afirmativas que, com experiências em cada um dos campi do IFRS, atendem e traçam um objetivo comum que é o de promover a inclusão social, as ações afirmativas e a inclusão digital.

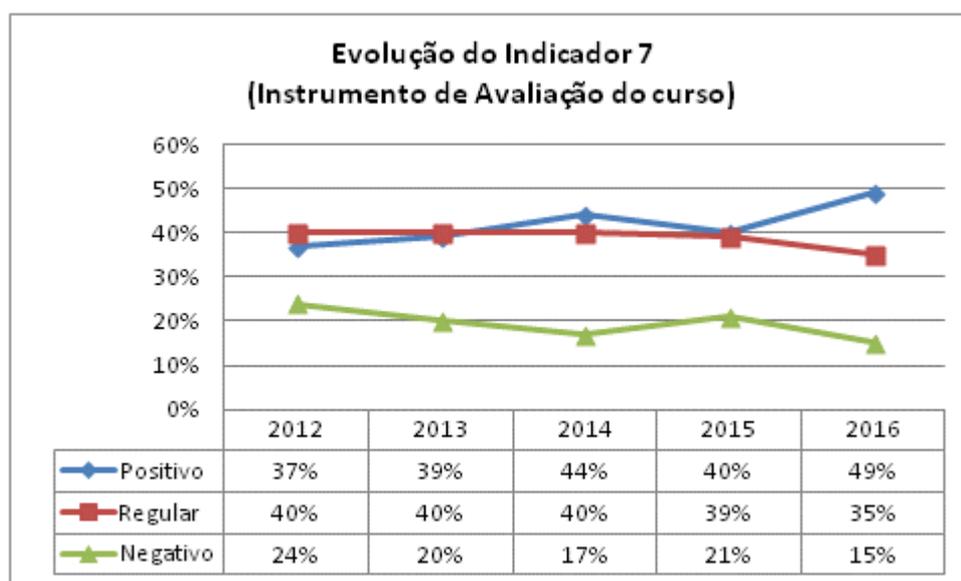
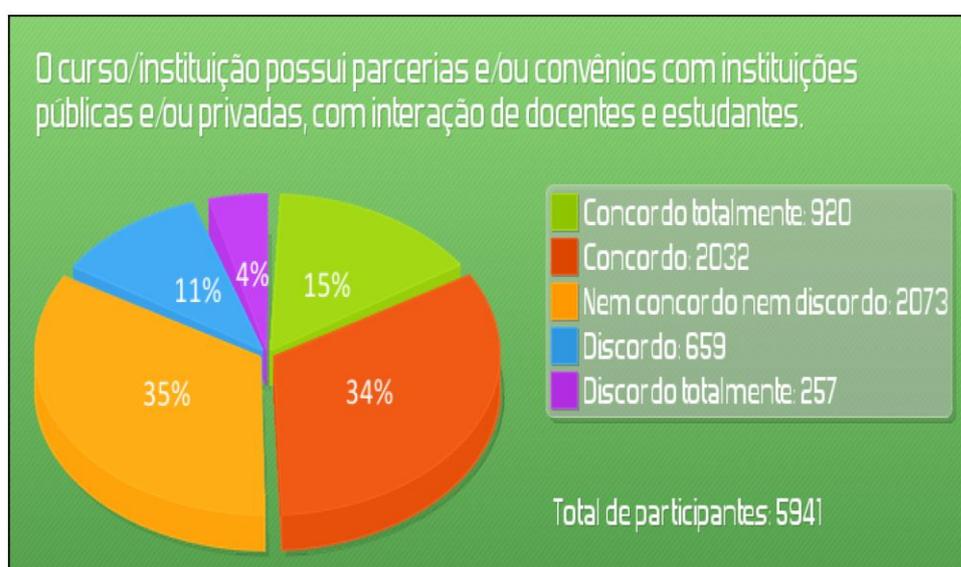
2.2. Relações do IFRS com o setor público, o setor produtivo e o mercado de trabalho

Com os dados levantados para atender este item, verifica-se que todos os campi do IFRS vêm realizando ações que buscam ampliar as relações com o setor público, o setor produtivo e com o mundo do trabalho.

Analisando o Indicador 7 do “Instrumento de Avaliação do Curso” (Figura 12), “O curso possui parcerias e/ou convênios com instituições públicas e/ou privadas, com interação de docentes e discentes”, pode-se perceber que 40% dos participantes da Autoavaliação Institucional concordam totalmente ou concordam com a existência dessas ações (acréscimo de 9% em relação ao ano de 2014). Dos respondentes, 15%

apontam que discordam ou discordam totalmente da existência de tais parcerias em seus cursos. Destaca-se que 35% dos respondentes afirmam nem concordar nem discordar. Os resultados do triênio atentam uma melhoria na percepção em relação às parcerias com as instituições públicas e privadas, uma vez que nem sempre as ações que envolvem relações com o setor público e privado, interferem diretamente no currículo dos cursos.

Figura 12 – Instrumento de avaliação do curso: Indicador 7.



Ações de superação 2017-2018

Observando os indicadores dispostos na Dimensão 3 do SINAES, nota-se que o IFRS vem atingindo as metas e objetivos definidos no PDI em relação às ações de

inclusão social, inclusão digital e de ingresso e permanência dos estudantes, por meio de ações afirmativas que valorizam as trajetórias distintas e que buscam atender aos contextos específicos de cada unidade organizacional. Assim, sugere-se:

- Realizar parcerias com as instituições públicas e privadas, bem como, fomentar a relação com o mundo do trabalho, e com um maior envolvimento dos discentes;
- Consolidar o nome do IFRS nas comunidades.

3. A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Nesse item, verifica-se a Dimensão 4 do SINAES: Comunicação com a sociedade. Esta dimensão tem o objetivo de verificar se as práticas institucionais estão respondendo às demandas sociais, identificando o posicionamento e a identidade da Instituição na conjuntura atual. A comunicação é protagonista no fortalecimento do compromisso do IFRS com a sua comunidade escolar. Esta por sua vez, dá visibilidade para as ações desses atores institucionais (discentes, docentes e técnicos-administrativos em educação) que são agentes de transformação da Instituição e da sociedade.

A comunicação com a sociedade no IFRS é coordenada pela Assessoria de Comunicação, que apontou como metas:

- **Elaboração da Política de Comunicação do IFRS** – Entre os objetivos da Política de Comunicação está manter uma relação mais transparente, profissional e cordial com todos os públicos do IFRS, permitindo posturas comuns entre as unidades e os setores, o que contribuirá para a consolidação da imagem e da reputação da Instituição. A Política também enfatiza que a boa comunicação na Instituição é um compromisso de todos os integrantes da comunidade acadêmica, estimulando a divulgação e a melhoria nos relacionamentos. Os regimentos da Diretoria e dos Setores de Comunicação, bem como do Comitê de Comunicação, permitirão organizar o trabalho dos profissionais de comunicação, definir prioridades e também promover uma integração entre os profissionais das diferentes unidades.
- **Elaboração/atualização do Guia de Ambientação dos Servidores/IFRS** – A atualização do Guia de Ambientação dos Servidores para uma versão digital permitiu adequar os conteúdos às mudanças institucionais, disponibilizando um conteúdo capaz de minimizar dúvidas dos servidores (principalmente os que ingressaram há pouco na Instituição), facilitar a inserção na Instituição, apresentar aspectos da cultura organizacional e ser motivador.
- **Redação e divulgação de matérias jornalísticas para o público externo e interno pela Reitoria** – A redação e a divulgação de matérias jornalísticas para o

público externo e interno pela Reitoria possibilita, entre outros resultados: que servidores, estudantes e comunidade externa tenham conhecimento de cursos, processos seletivos, ações de assistência estudantil, entre outras possibilidades oferecidas pelo Instituto, bem como seus períodos de inscrições; dá visibilidade a conquistas recebidas pela Instituição e por sua comunidade acadêmica, a projetos desenvolvidos, a boas práticas e a outras atividades; aumenta a visibilidade e o reconhecimento institucional e fortalece a imagem e a reputação institucional.

□ **Realização de pesquisa e criação de roteiros, filmagem, edição e finalização de vídeos institucionais, jornalísticos e educacionais** – A produção audiovisual desenvolvida pelo setor de comunicação é importante pois provê uma das demandas institucionais mais inerentes à identidade do IFRS: construir e firmar uma ponte entre o IFRS e seu público, o aluno. Assim, interage de forma lógica com as plataformas e hábitos cotidianos da sociedade atual, na qual todos se inserem especialmente no que se refere ao público mais jovem, afeiçoado com a total dinamicidade das multimídias e com o diálogo face a face. Ainda ligada à ação jornalística e de divulgação institucional, a produção audiovisual atua com o propósito de fortalecer a informação transmitida de tal modo que serve de portavoz para a acessibilidade, uma vez que não se restringe apenas ao processo de atuação do setor de comunicação, mas também ao âmbito didático, levando acesso igualitário às pessoas com necessidades especiais através de uma importante conquista: a prova do Processo Seletivo, em formato audiovisual, inteiramente produzida em LIBRAS, a fim de que se cumpra com o principal objetivo de um Instituto Federal – ensino público, gratuito e de qualidade.

□ **Desenvolvimento de campanhas gerais de comunicação** – Desenvolvimento de campanhas gerais de comunicação: as campanhas de comunicação, tanto internas (servidores e alunos) quanto externas, têm como objetivos primeiros contribuir para consolidar uma imagem positiva da instituição, engajar os públicos para os valores do IFRS e estimular o sentido de pertencimento.

□ **Gerenciamento, gestão de conteúdo, interação com usuários nas mídias sociais facebook, instragram, youtube, twitter** – O gerenciamento, a gestão de conteúdo e interação com usuários nas mídias sociais institucionais do IFRS é importante pois essas mídias desempenham um papel fundamental no relacionamento

do Instituto com os seus públicos de interesse. As Redes Sociais possibilitam a publicização de informações de interesse interno e, principalmente externo. A interação com o usuário é considerada essencial e, sendo assim, todos os contatos feitos pelas mídias sociais são considerados e os comentários respondidos, sempre da forma mais ágil, clara e cordial possível.

□ **Elaboração e envio de boletins eletrônicos especiais para ações/eventos de destaque da Instituição** – A elaboração e o envio de boletim eletrônico para servidores do IFRS tem entre os objetivos mantê-los informados sobre ações, conquistas, eventos e projetos de todas as unidades da instituição (campi e Reitoria), atuando como um canal que estimula a transparência, a integração entre os servidores e desses com o IFRS e fortaleça o sentimento de pertencimento ao Instituto.

□ **Planejamento, divulgação, aplicação e análise de resultados do 1º Diagnóstico de Comunicação do IFRS** – 1º Diagnóstico de Comunicação do IFRS, planejamento, divulgação, aplicação e análise de resultados. O anteprojeto desta foi criado em 2012 por um extinto grupo de trabalho. Em 2015 o grupo de trabalho de elaboração da Política de Comunicação retomou o projeto de aplicação de pesquisa, com o planejamento, execução, acompanhamento e análise de resultados.

□ **Revisão e Atualização do Guia de Comunicação Institucional do IFRS** – A revisão e atualização do Guia de Comunicação Institucional teve como objetivo auxiliar na elaboração de documentos e condutas diárias do servidor, criando uma unidade e identidade institucionais, pautados na legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com a consequente melhoria dos serviços prestados à sociedade.

□ **Pesquisa, planejamento e execução de programetes de rádio, conforme convênio firmado com a Funvale** – Os programetes de rádio permitem a difusão de informações educativas que possibilitam a divulgação de material produzido por profissionais do Instituto no âmbito de sala de aula, projetos e pesquisas e que cumprem papel social.

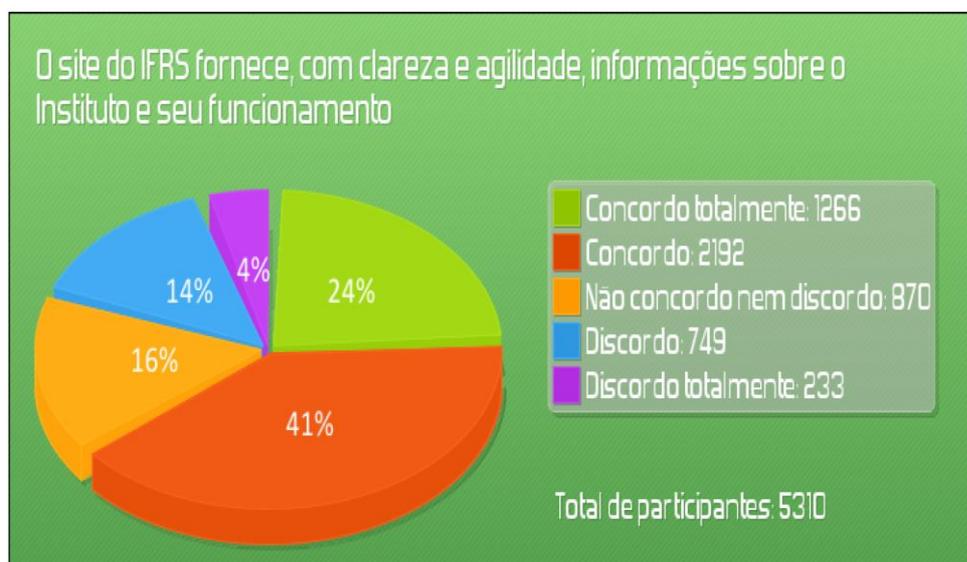
De uma forma geral, percebe-se que as metas definidas estão em fase de consolidação, necessitando de intensificação de ações e investimentos que tenham repercussão em todos os segmentos da comunidade.

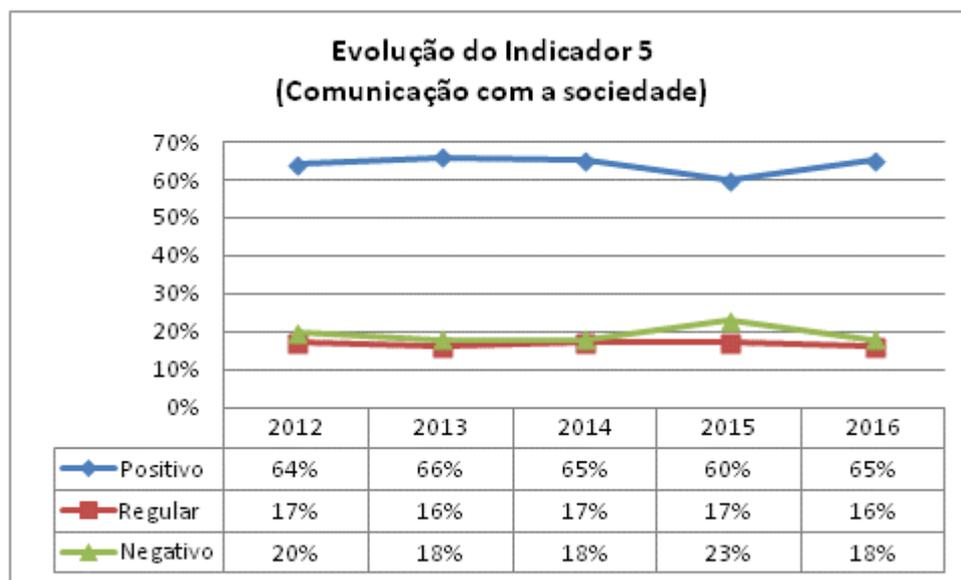
3.1. Percepção da comunidade acadêmica e escolar sobre a comunicação no IFRS

Este item voltado à percepção da comunidade acadêmica e escolar do IFRS sobre a comunicação no IFRS pode ser analisado através dos indicadores 5 e 6 do “Instrumento de Avaliação Institucional”.

No que se refere ao Indicador 5 (Figura 13), “O site do IFRS fornece, com clareza e agilidade, informações sobre o Instituto e seu funcionamento”, 65% dos respondentes (5 % a mais que na avaliação anterior) concorda totalmente ou concorda. Destaca-se uma significativa redução dos respondentes que afirmam discordar ou discordar totalmente e 16% se mostram indiferentes. Tais números evidenciam, como no relatório anterior, que o site tem sido um importante instrumento de comunicação com a comunidade interna do IFRS. Este indicador alerta para a necessidade da implantação de mecanismos de maior eficiência por parte da comunicação.

Figura 13 – Comunicação com a sociedade: Indicador 5.





Em relação ao Indicador 6 (Figura 14), “O site do campus apresenta informações sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFRS à comunidade externa”, 3% (acréscimo de 5% em relação ao índice do ano anterior) concordam ou concordam totalmente com a afirmação. Além disso, 9% dos participantes (4% a menos do que na avaliação do início do triênio) discordam ou discordam totalmente e 17% (3% a menos que na avaliação anterior) não concordam nem discordam. Isto indica que devem ser adotadas medidas de ampliação da comunicação das ações de ensino, pesquisa e extensão.

Na Figura 15 observa-se que 67% dos respondentes (8% a mais do que na avaliação anterior e mesmo índice da avaliação de 2015) afirmaram concordar ou concordar totalmente com o Indicador 7 “Os meios de comunicação utilizados pelo IFRS são adequados para divulgar suas atividades a comunidade”, sendo que 14% (5% a menos que no ano anterior) afirmaram discordar ou discordar totalmente, e os demais 17% não concordam nem discordam. Estes números, comparados com os de 2015, indicam uma melhoria na implantação de estratégias e ações de comunicação que atendam a comunidade de forma mais efetiva.

Figura 14 – Comunicação com a sociedade: Indicador 6.

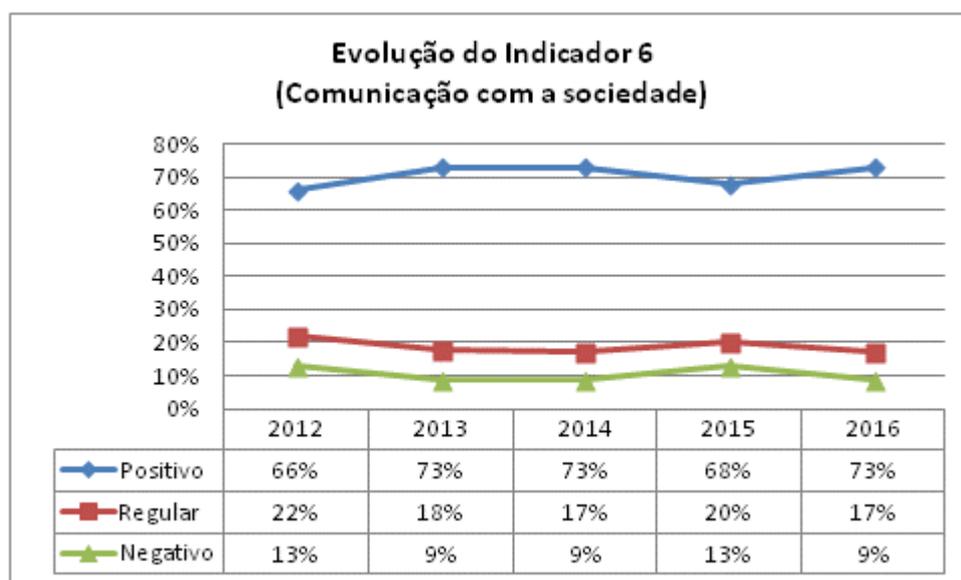
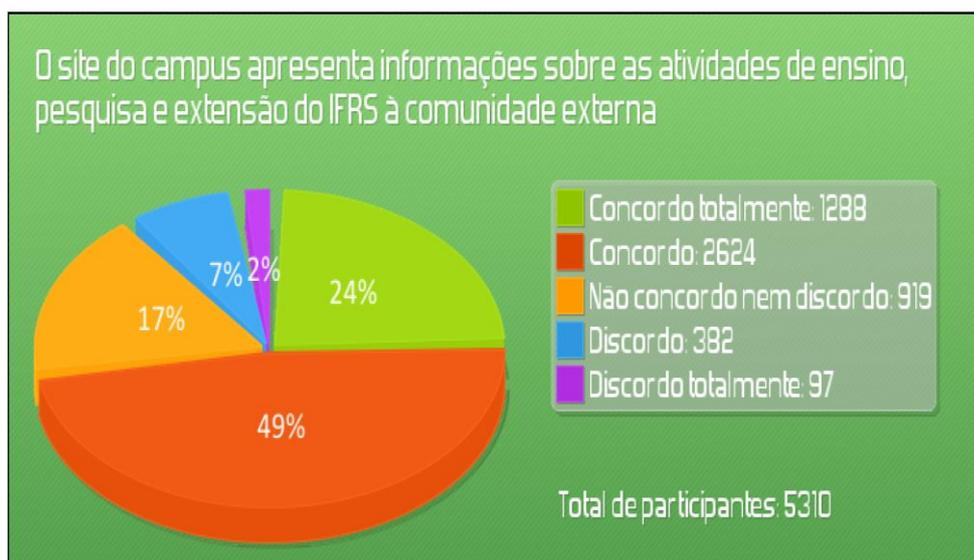
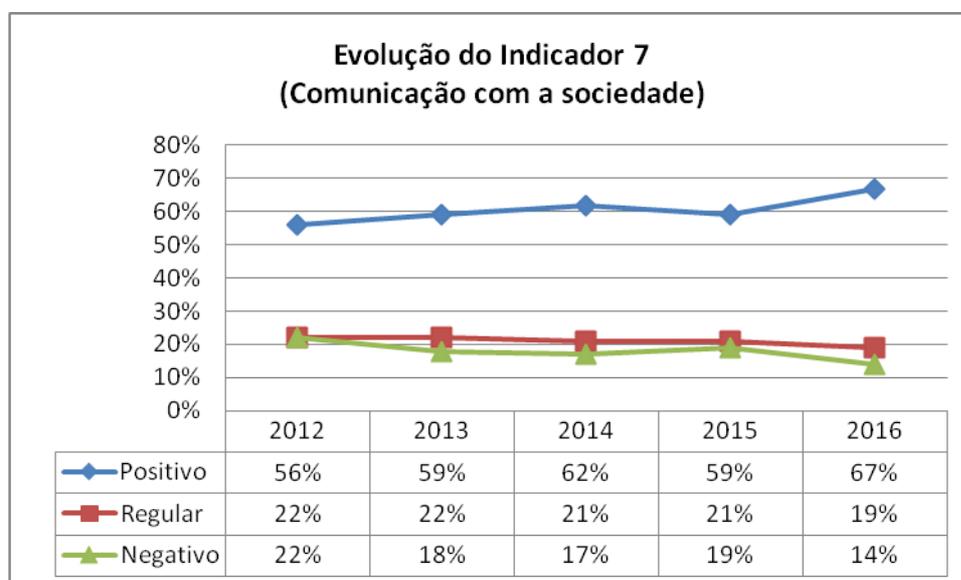
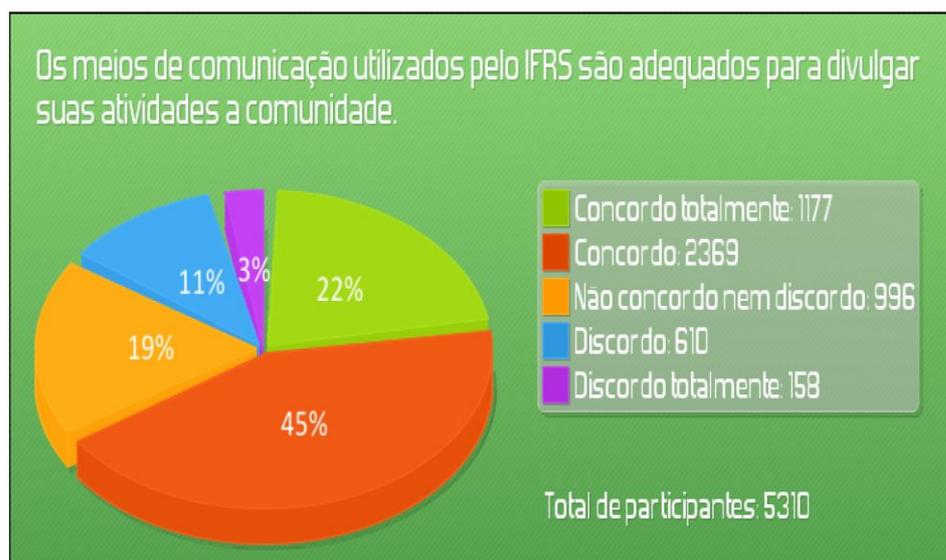


Figura 15 – Comunicação com a sociedade: Indicador 7



3.2 Ouvidoria

O acesso à Ouvidoria do IFRS se dá por meio do site, através de encaminhamento de mensagem, que é enviada ao ouvidor e após encaminhada para os setores responsáveis com o intuito de resolução. Ainda se faz necessária maior estruturação desse setor.

Ações de superação 2017-2018

Para contemplar a Dimensão 4, a Instituição busca a implementação de fluxos e estratégia que vem ampliando a comunicação com a sociedade. Com dados

levantados ao longo do triênio, indicar-se-ão a seguir estratégias para melhoria nos processos de comunicação, sendo que algumas destas já foram sugeridas em outros relatórios anteriores.

- Reformular a estrutura do site;
- Ampliar a representação dos campi em associações, conselhos e entidades representativas;
- Incentivar a realização de ações de ensino, pesquisa e extensão que envolva a comunidade interna e externa;
- Criar e qualificar estratégias que melhorem a comunicação entre os setores das unidades organizacionais e a gestão;
- Criar e qualificar estratégias que melhorem a comunicação entre os setores das unidades organizacionais e a comunidade acadêmica e escolar;
- Criar e potencializar estratégias que melhorem a comunicação entre a Reitoria e os campi;
- Estruturar a Ouvidoria, como setor independente, desvinculando-a do gabinete do Reitor.

4. AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

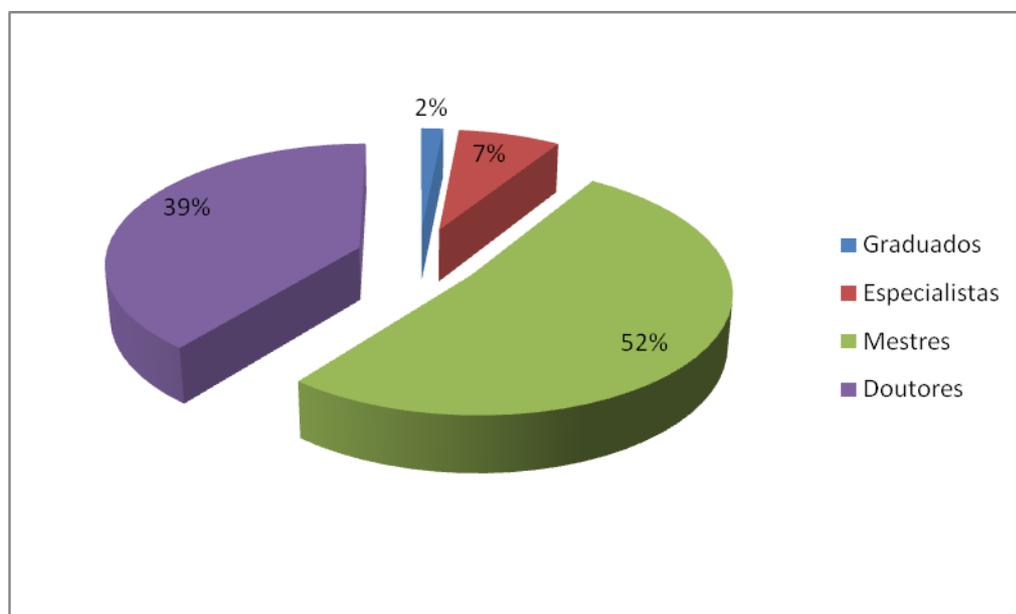
Este item refere-se à Dimensão 5 do SINAES: As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo.

As políticas de pessoal e de carreira do corpo docente e técnico-administrativo em educação estão descritas no PDI do IFRS. O plano de carreira de docentes e de técnicos-administrativos em educação é debatido e implementado em ações conjuntas entre a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e, respectivamente, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e a Comissão Interna de Supervisão (CIS).

4.1 Corpo Docente

O panorama dos dados apresentados permite verificar o crescimento significativo em relação à titulação dos docentes do IFRS, com maior concentração entre mestres (491 em 2015 e 432 em 2015) e doutores (373 em 2016 e 318 em 2015), como aponta a figura a seguir com os dados enviados pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

Figura 16 – Titulação dos docentes.

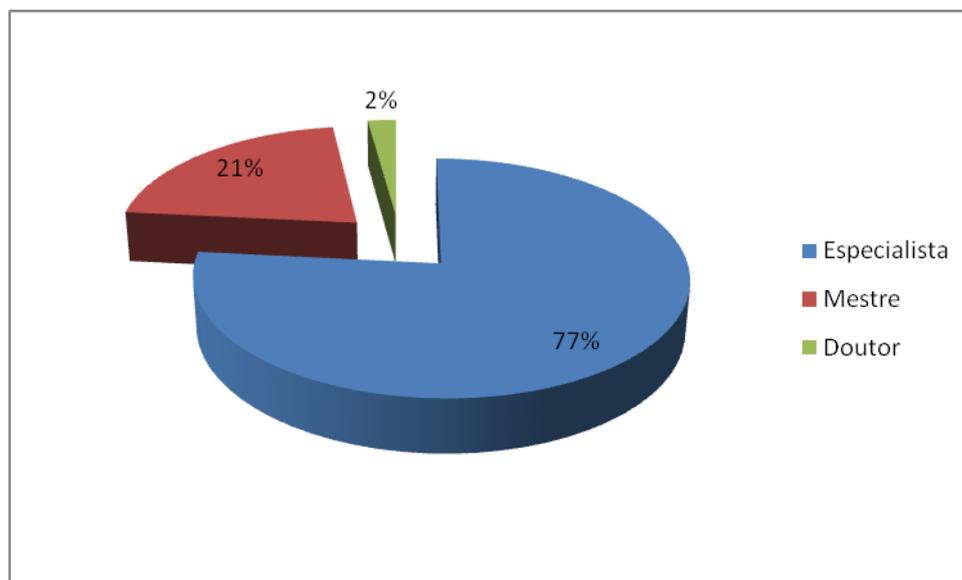


Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas.

4.2 Corpo Técnico-Administrativo

Conforme dados da Diretoria de Gestão de Pessoas, o número de servidores técnicos-administrativos em educação é apresentado na figura a seguir.

Figura 17 – Titulação dos técnicos-administrativos.



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas.

4.3. Políticas de Capacitação e de Acompanhamento do Trabalho Docente e Formas de sua Operacionalização

Os relatórios das CPAs Locais mostram que os campi desenvolvem ações diferenciadas em relação à capacitação e acompanhamento do trabalho docente (ações como processos de acompanhamento e de avaliação do estágio probatório, formação pedagógica continuada, apoio à participação em eventos, entre outros). A Diretoria de Gestão de Pessoas em conjunto com CIS e CPPD, vem construindo e implementando o Programa Capacitação de Servidores. Destaca-se regulamentações para docentes e técnicos-administrativos em educação que possibilitam afastamentos para qualificação e capacitação, bem como, horário especial para estudante e liberação da carga horária para ações de qualificação.

Ações de Superação 2017-2018

As propostas de ações de superação levantadas pelas CPAs Locais junto às gestões dos campi podem ser descritas de forma geral, conforme:

- Revisar a distribuição da carga horária dos docentes de 40 horas com dedicação exclusiva, a fim de permitir um equilíbrio maior entre os três eixos do trabalho do mesmo, a saber, ensino, pesquisa e extensão.
- Promover cursos de aperfeiçoamento e formação aos servidores;
- Ampliar os programas de formação docente.

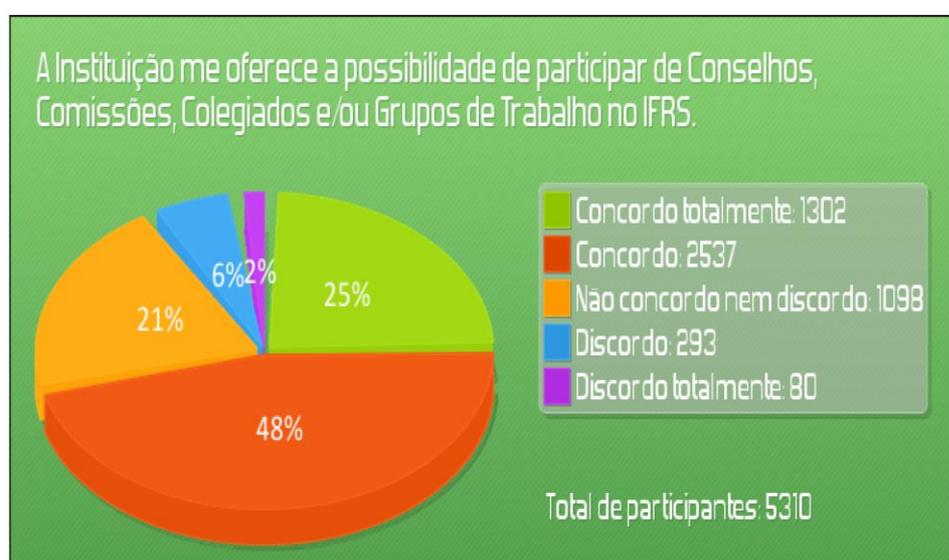
5. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS

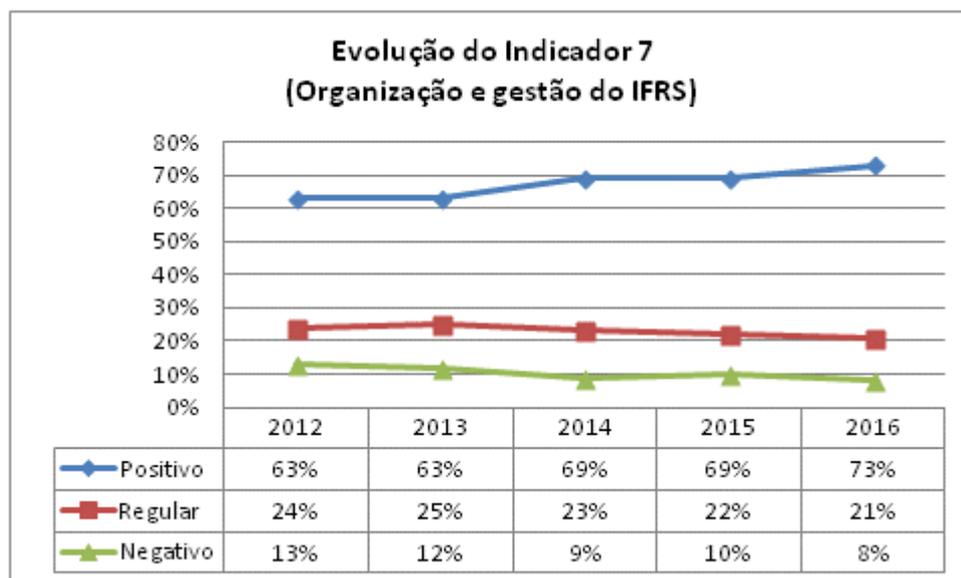
Os dados apresentados para a Dimensão 6 do SINAES (Organização de gestão da IES) estão diretamente relacionados à organização e à gestão do IFRS, especialmente no que se refere à representatividade dos colegiados e órgãos representativos institucionais, sua dependência e autonomia, bem como a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios do IFRS. Com o Instrumento de Avaliação Institucional, pode-se analisar a percepção da comunidade interna em relação à gestão do IFRS.

5.1 Gestão Institucional

A gestão institucional no IFRS pode ser analisada a partir dos resultados relativos aos indicadores 8 e 9 do “Instrumento de Avaliação Institucional”.

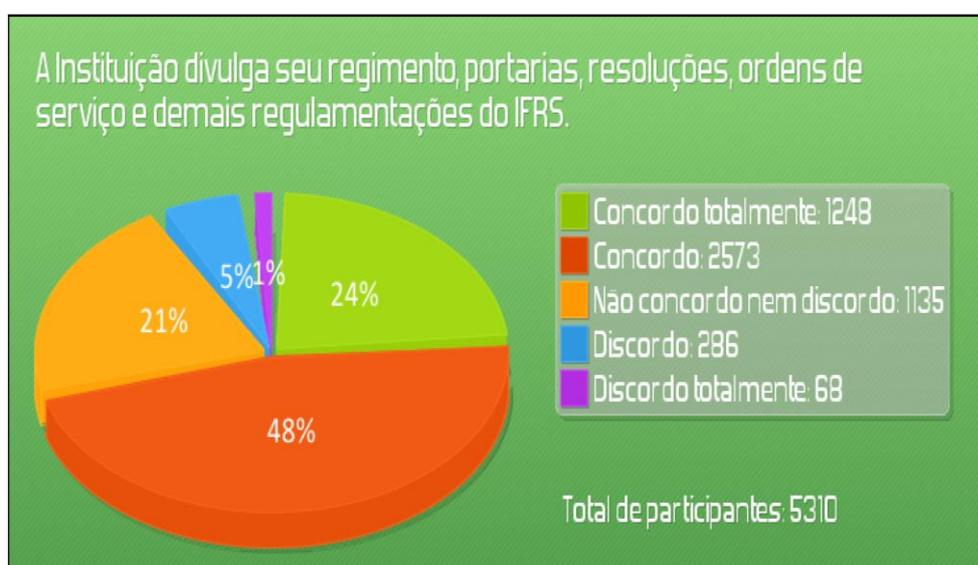
Figura 18 – Organização e gestão do IFRS: Indicador 8.

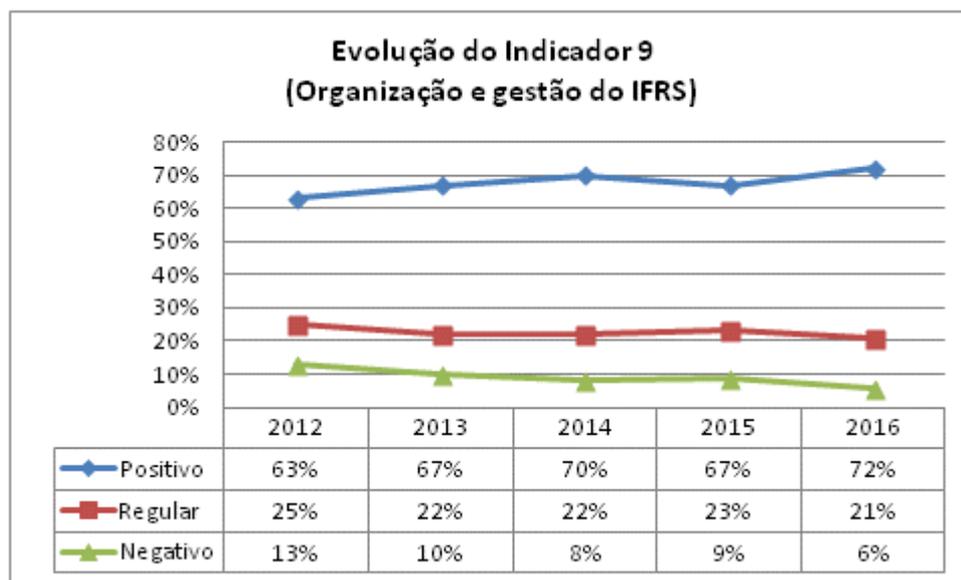




No Indicador 8 (Figura 18), “A Instituição me oferece a possibilidade de participar de Conselhos, Comissões, Colegiados e/ou Grupos de Trabalho no IFRS”, 73% dos respondentes (4% a mais se comparado a 2015) posicionam-se entre concordam totalmente ou concordam. Entre os que discordam ou discordam totalmente identifica-se 8% (2% de decréscimo em relação à avaliação anterior), o que representa uma pequena parcela da comunidade escolar e acadêmica. E 21% (1% de decréscimo em relação à avaliação anterior) manifestam que não concordam nem discordam, o que pode representar a comunidade percebe que está tendo a oportunidade de participar ativamente da gestão do IFRS como representantes nos conselhos, comissões, colegiados ou grupos de trabalho.

Figura 19 – Organização e gestão do IFRS: Indicador 9.





Com relação ao Indicador 9 (Figura 19), “A Instituição divulga seu regimento, portarias, resoluções, ordens de serviço e demais regulamentações do IFRS”, observa-se que 72% dos respondentes (3% a mais do que na avaliação anterior) afirma que concorda ou concorda totalmente. Também, 6% (3% a menos do que em 2015) julga discordar ou discordar totalmente, e 21% responde por não concordar nem discordar.

Ações de Superação 2017-2018

A CPA Central em articulação com as CPAs Locais, ao promoverem a autoavaliação nas unidades organizacionais do IFRS, contribuem efetivamente para a construção de um diagnóstico em relação às possibilidades de participação da comunidade escolar, bem como, à sua disponibilidade de participar de comissões, conselhos, colegiados, dentre outros. Observa-se que, apesar dos avanços já realizados, houve uma pequena queda acerca do tema da participação em comissões, colegiados, entre outros. Para melhorar estes indicativos, são sugeridas as seguintes ações:

- Consolidar a implementação dos regimentos dos campi, bem como, de seus conselhos representativos;
- Garantir e estimular a participação da sociedade civil organizada em conselhos representativos;
- Diversificar e qualificar os canais de divulgação, para que a comunidade seja informada das ações executadas pelos conselhos e órgãos colegiados;

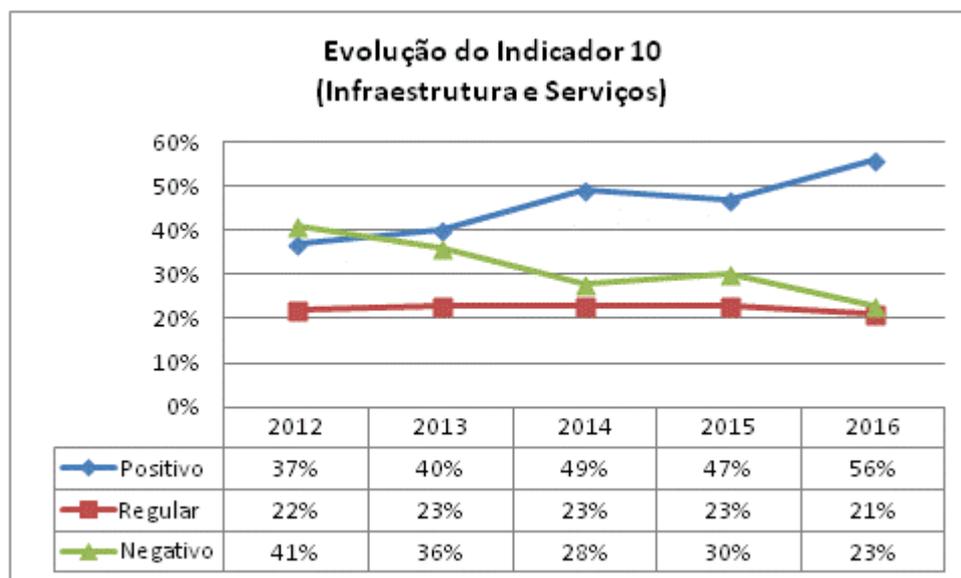
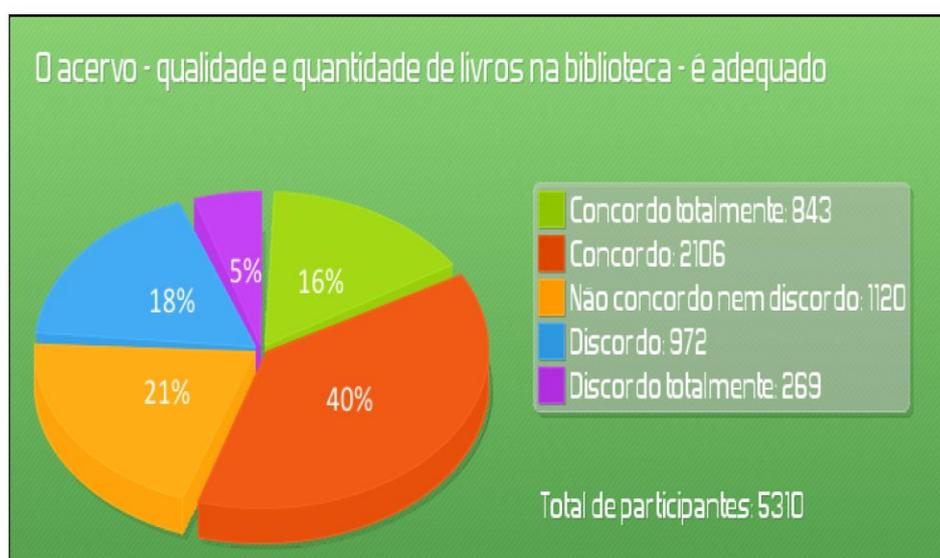
- Implementar uma política institucional de apoio aos Diretórios Acadêmicos;
- Intensificar e qualificar ainda mais o processo de divulgação das portarias, regimentos e boletins de serviço;
- Consolidar os mecanismos de participação da comunidade escolar nos processos de gestão e organização da Instituição, a fim de tornar mais horizontal e democrático o seu funcionamento e/ou desenvolvimento.

6. INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

6.1 Instalações Gerais do IFRS

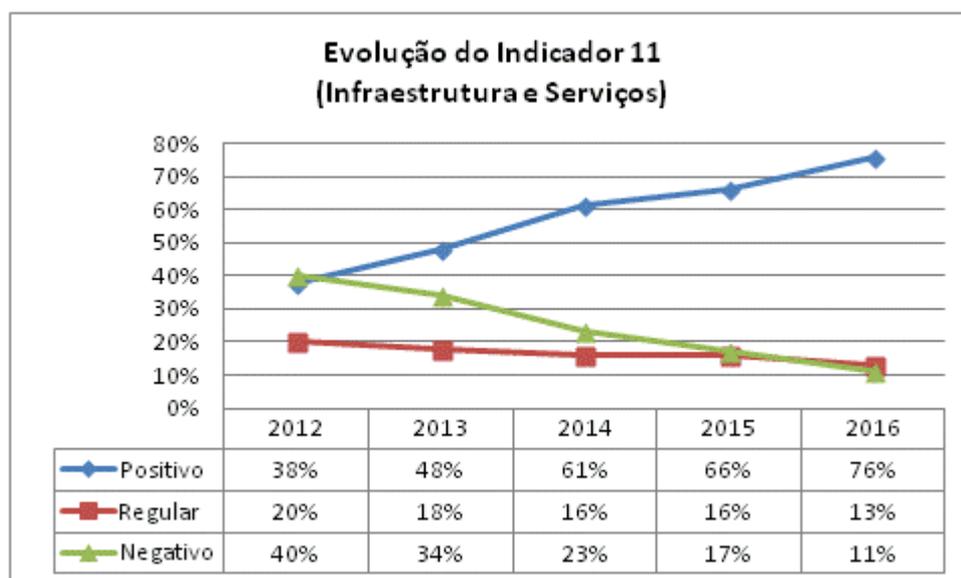
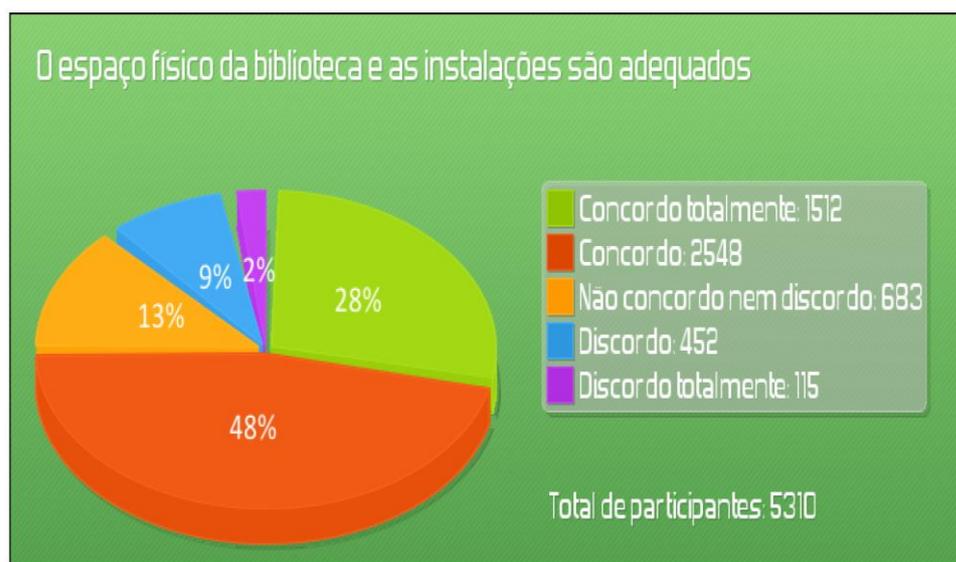
Os dados e a análise aqui apresentados referem-se à Dimensão 7 do SINAES: Infraestrutura física. As instalações gerais do IFRS podem ser analisadas pelos resultados dos indicadores 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do “Instrumento de Avaliação Institucional”.

Figura 20 – Infraestrutura e serviços: Indicador 10.



A análise dos resultados demonstra que apenas 56% dos participantes concordam plenamente ou concordam que o acervo do IFRS tem qualidade e quantidade de livros na biblioteca adequados (Indicador 10 – Figura 20). 21% não concordam nem discordam e 23% responderam que discordam ou discordam totalmente. Embora seja visível o crescimento em relação ao início deste triênio, ainda permanece a indicação de que o IFRS continue investindo fortemente na aquisição de obras e exemplares.

Figura 21 – Infraestrutura e serviços: Indicador 11.

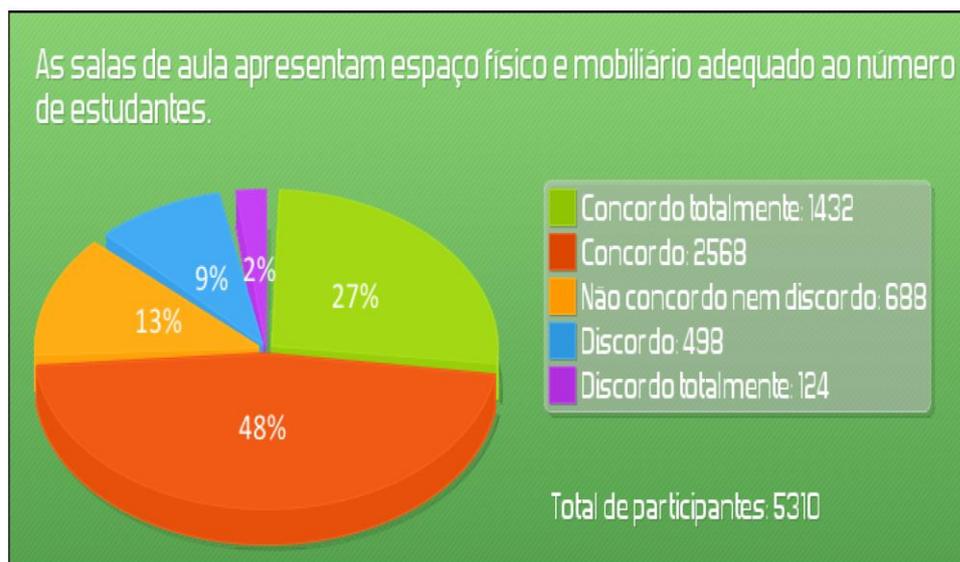


No Indicador 11 (Figura 21), “O espaço físico da biblioteca e as instalações são adequados”, 76% dos respondentes (10% de acréscimo em relação ao ano anterior e

15% em relação a 2014) estão no grupo que concorda com a assertiva, enquanto 13% (3% de decréscimo em relação a 2015) estão no grupo que discorda. Também, 13% não concorda nem discorda. Apesar de as respostas indicarem um grande avanço de natureza satisfatória, o número de apreciações negativas ou indiferentes permanece muito elevado (24%). Nesse sentido, se faz necessário que continuem os investimentos em relação às instalações das bibliotecas.

Com relação ao Indicador 12 (Figura 22), “As salas de aula apresentam espaço físico e mobiliário adequado ao número de estudantes”, percebe-se que 75% dos respondentes (8% de acréscimo em relação a avaliação do ano anterior) indica concordar ou concordar plenamente, sendo que 11% (6% de decréscimo em relação a 2015) discorda ou discorda totalmente, seguidos por 13% (3% de decréscimo em relação a 2015) que afirmam não concordar nem discordar. Observa-se que a satisfação em relação aos espaços e mobiliário de sala de aula aumentou em relação a 2015.

Figura 22 – Infraestrutura e serviços: Indicador 12.



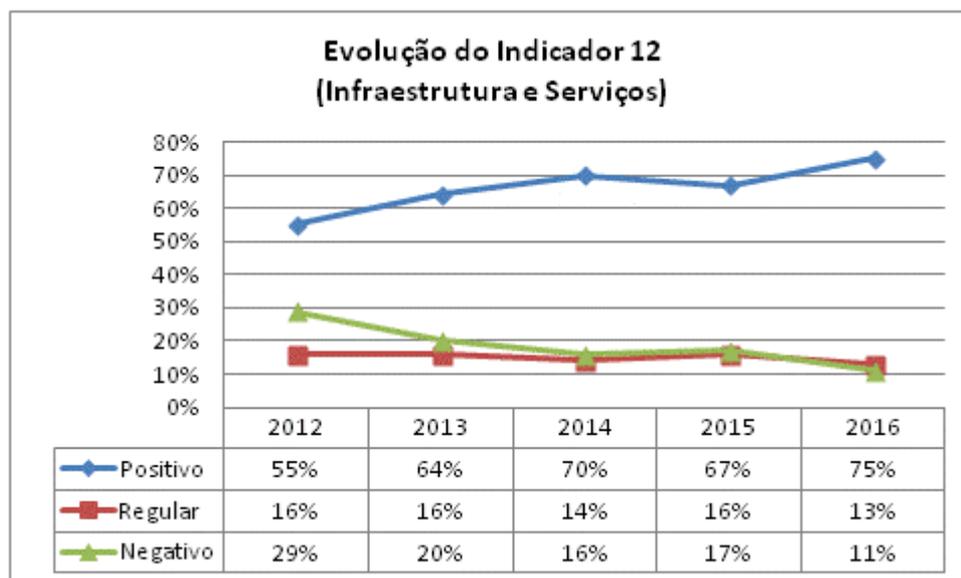
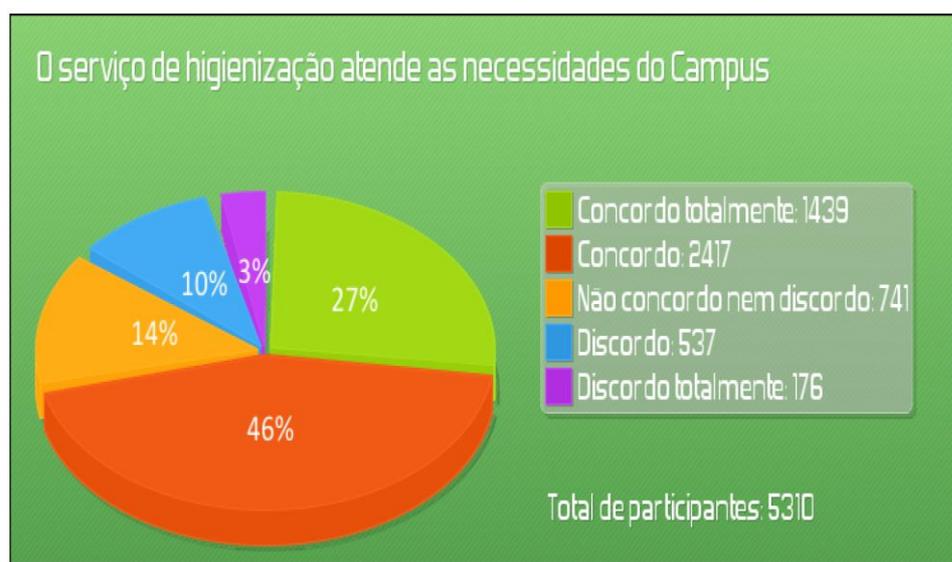
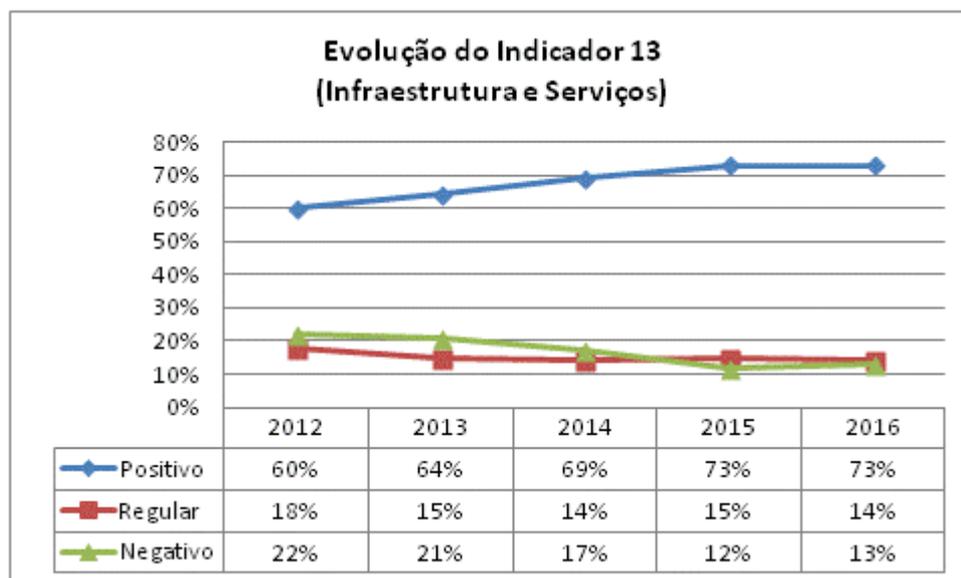


Figura 23 – Infraestrutura e serviços: Indicador 13

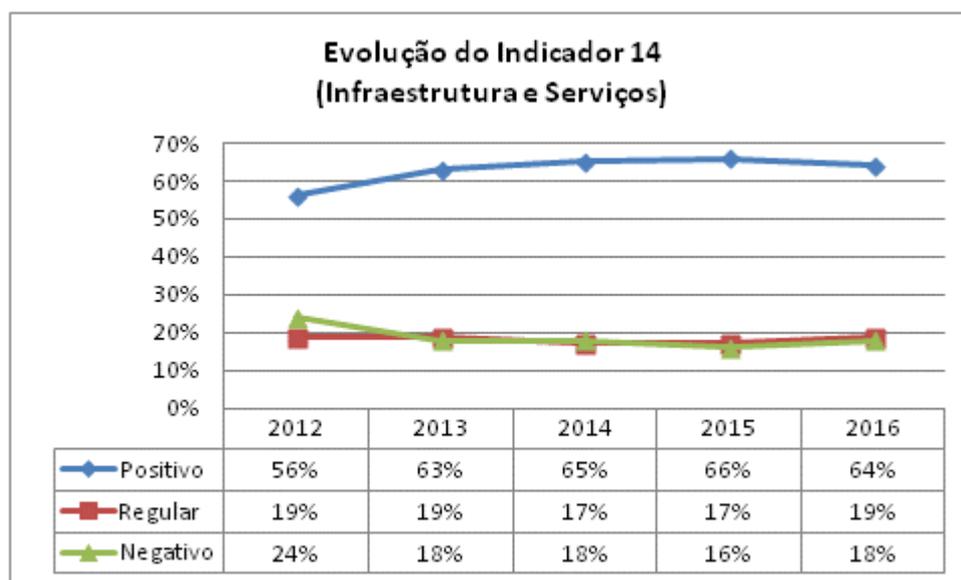
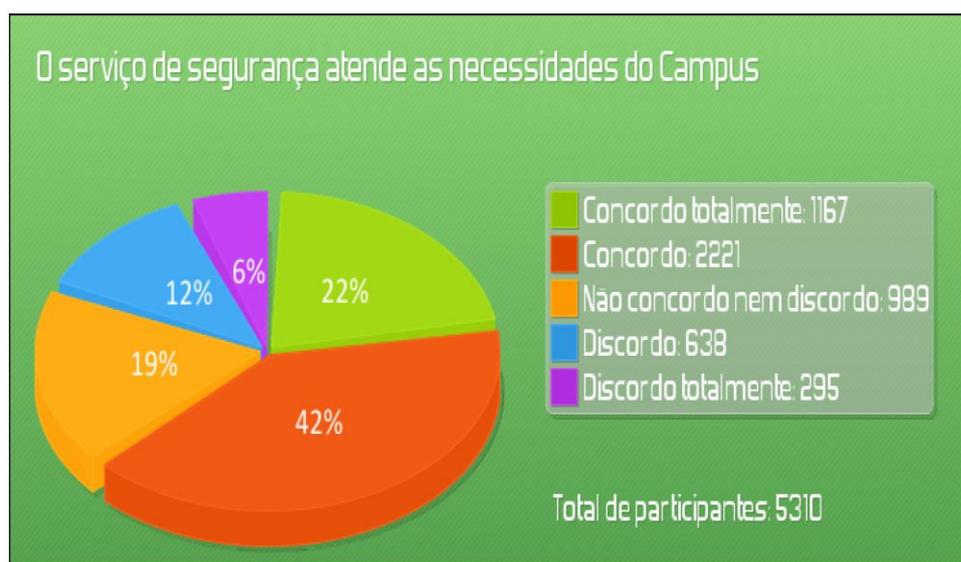




Nas respostas relativas ao Indicador 13 (Figura 23) “O serviço de higienização atende as necessidades do campus”, 73% (mantendo o mesmo índice em relação ao ano de 2015) apontam concordar ou concordar totalmente, sendo que 13% (1% de acréscimo em relação a 2015) apontam discordar ou discordar plenamente. Apenas 15% (1% de acréscimo em relação à avaliação anterior) posicionam-se com o não concordo nem discordo.

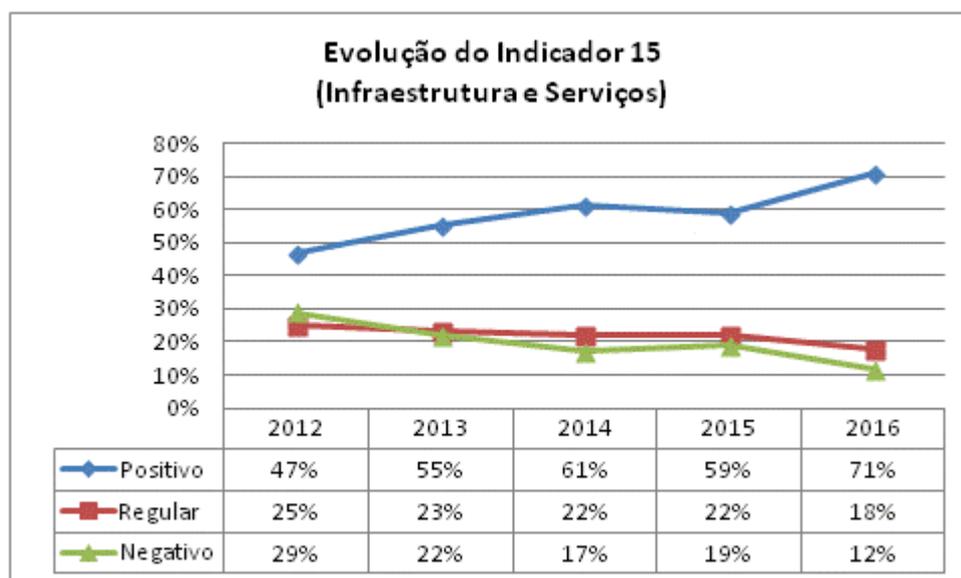
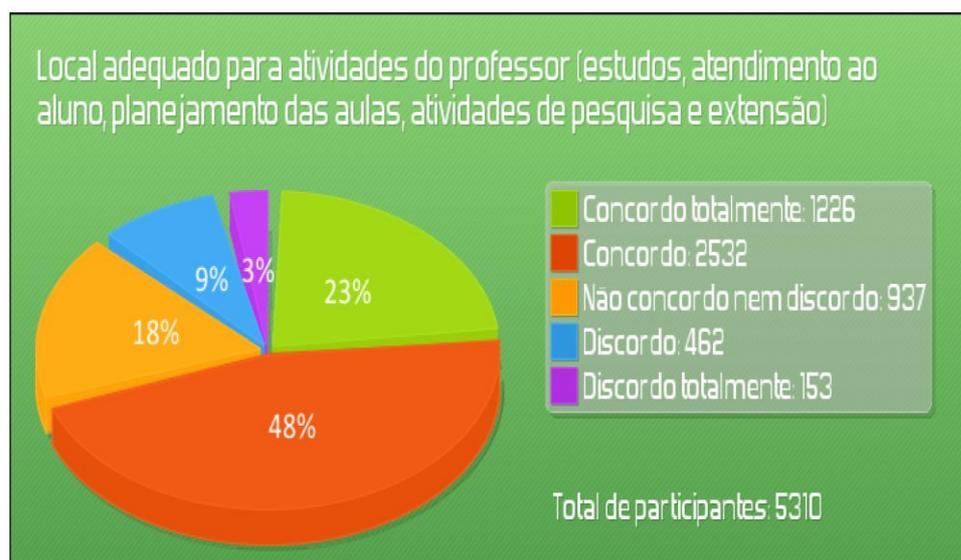
Com relação ao Indicador 14 (Figura 24), “O serviço de segurança atende as necessidades do Campus”, pode-se verificar um decréscimo em relação aos relatórios de 2015, já que 64% dos respondentes afirmaram concordar ou concordar totalmente. 19% manifestaram nem concordar nem discordar e apenas 18% discordam ou discordam totalmente. Esses resultados indicam uma ampliação da satisfação em relação ao serviço de segurança nas unidades organizacionais do IFRS, mas também, alertam para a necessidade de aumentar os investimentos nessa área.

Figura 24 – Infraestrutura e serviços: Indicador 14.



Com o Indicador 15 (Figura 25), “Local adequado para atividades do professor (estudos, atendimento ao aluno, planejamento das aulas, atividades de pesquisa e extensão)”, percebe-se que 71% (12% a mais que em relação a 2015) dos respondentes concorda ou concorda plenamente, 12% discorda ou discorda totalmente e 18% não concorda e nem discorda. Com base neste quantitativo é evidenciado uma aumento na concordância em relação aos espaços de trabalho para os docentes em comparação com os resultados do início do triênio, porém, investimentos devem ser voltados a este ponto.

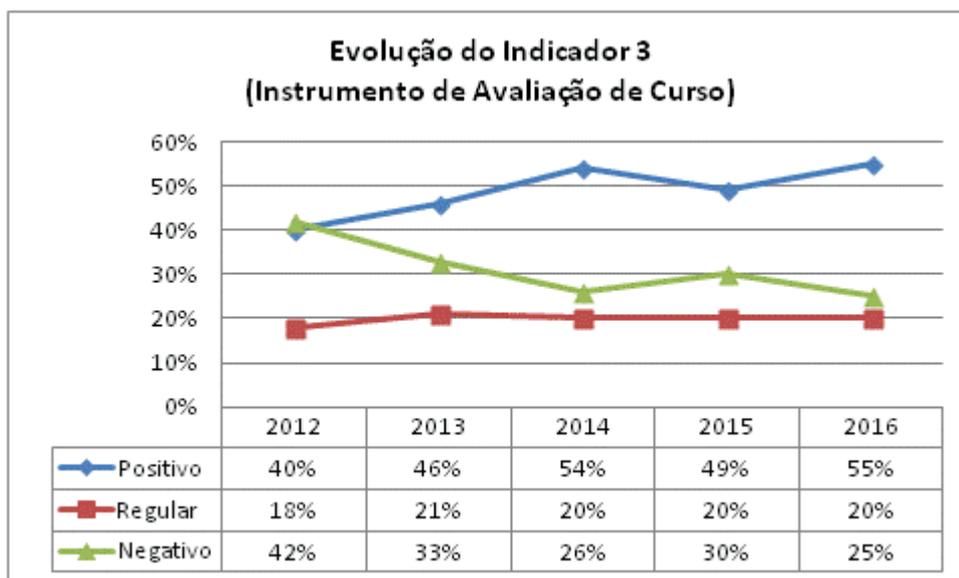
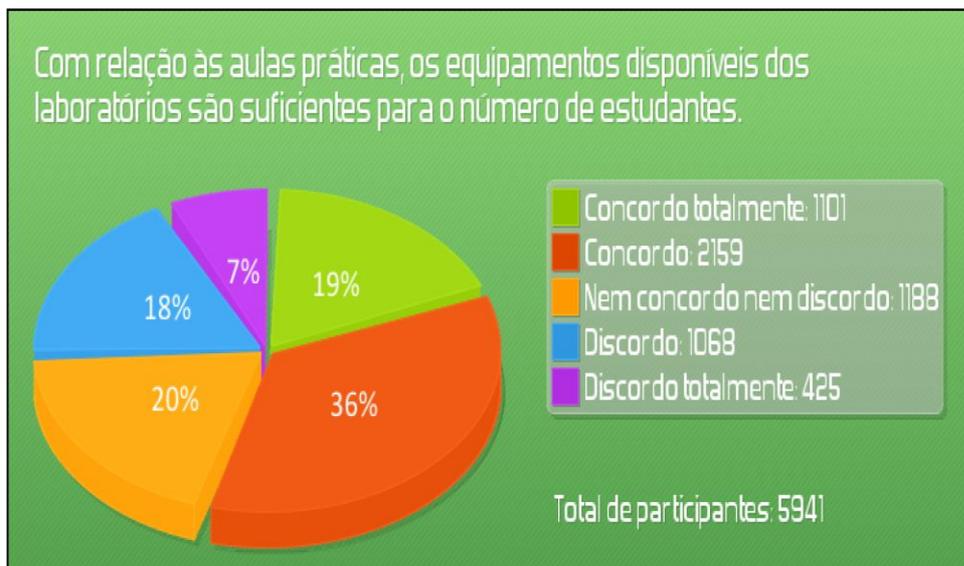
Figura 25 – Infraestrutura e serviços: Indicador 15.



Dentre os quesitos da Dimensão 7 do SINAES, o “Instrumento de Avaliação do Curso” conta com o Indicador 3 (Figura 26), que avalia as condições dos laboratórios específicos dos cursos. Analisando os dados para este indicador, observa-se que 55% (6% a mais que 2015) dos respondentes manifestaram que concordam ou concordam plenamente com a qualidade e disponibilidade de equipamentos para as aulas práticas. Também, 25% (5% de decréscimo em relação a 2015) dos alunos afirmam discordar ou discordar totalmente da assertiva e 20% nem concordam e nem discordam. Analisando estes dados, percebe-se a necessidade de mais investimentos na

implantação de laboratórios equipados com capacidade para acolher com qualidade todos os estudantes.

Figura 26 – Instrumento de avaliação do curso: Indicador 3.



Ações de Superação 2017-2018

Os resultados revelam que a Instituição segue com algumas dificuldades em relação à infraestrutura, acervo e informatização das bibliotecas, falta de espaço físico adequado às atividades de pesquisa e falta de espaço físico para o trabalho dos docentes. Neste cenário, são sugeridas as seguintes ações de superação:

- Ampliar o investimento na aquisição de acervo bibliográfico;

- Investir em obras físicas destinadas à melhoria das instalações e à implementação de condições materiais adequadas como objetivo de qualificar os processos de ensino, pesquisa e extensão;
- Investir em quadras e ginásios esportivas;
- Ampliar a segurança em vários *campi*;
- Melhorar a infraestrutura dos laboratórios;

7. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os dados expressos nesse item referem-se à Dimensão 8 do SINAES: Planejamento de avaliação.

7.1 CPA: Autoavaliação

Desde 2011 a CPA Central vem trabalhando de forma conjunta e articulada com as CPAs Locais, e vem tornando o processo de avaliação institucional um campo democrático oportunizando discutir os resultados das Autoavaliações. Este processo avaliativo busca envolver todas as unidades organizacionais do IFRS, suas gestões, bem como, integrar a comunidade interna e externa.

A CPA Central e CPAs Locais constroem um diagnóstico com o fim de contribuir com a implementação de ações de superação. Neste contexto, as comissões objetivam fomentar a cultura da avaliação institucional, como ferramenta de monitoramento qualitativo das ações institucionais e recurso fundamental para a elaboração do planejamento da gestão.

Com a implementação, no ano de 2012, do Programa Institucional de Autoavaliação do IFRS (PAI IFRS), os resultados da Avaliação Institucional têm se constituído em subsídio imprescindível para o trabalho da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, bem como, para a totalidade de cada unidade organizacional do IFRS.

No decorrer dos anos a cultura da avaliação vem se instaurando no IFRS, o que expressa a ação educativa da CPA Central e das CPAs Locais no sentido da conscientização da comunidade quanto ao entendimento de que a avaliação é um processo indispensável para o desenvolvimento da Instituição, e que a partir dos apontamentos e resultados, a avaliação propicia a elaboração de estratégias que atentam à realização dos avanços necessários para o cumprimento da missão institucional.

7.2 Avaliações Externas

Considerando que o IFRS é uma Instituição que se constituiu em 2008, a implantação dos cursos de graduação ainda está em pleno processo. Nesse sentido, nem todos os cursos ofertados pela Instituição foram avaliados. Contudo, no que se refere aos cursos que já tiveram avaliação in loco, pode-se afirmar que o IFRS é uma Instituição que caminha para a excelência, conforme evidenciam os dados dos quadros a seguir.

Quadro 6 – Cursos com Avaliação Externa em 2012.

Campus	Curso	Conceito de Curso
Bento Gonçalves	Pedagogia	4
Canoas	CST Automação Industrial CST Logística	3 4
Erechim	CST Marketing	4
Farroupilha	CST Processos Gerenciais	4
Porto Alegre	CST em Processos Gerenciais CST em Sistemas para Internet	5 4
Sertão	CST Tecnologia de Alimentos	4

Fonte: PI – Procuradoria Educacional Institucional.

Quadro 7 – Cursos com Avaliação Externa em 2013.

Campus	Curso	Conceito de Curso
Bento Gonçalves	Pedagogia	4
Canoas	CST Automação Industrial CST Logística	3 4
Erechim	CST Marketing	4
Farroupilha	CST Processos Gerenciais	4
Porto Alegre	CST em Processos Gerenciais CST em Sistemas para Internet	5 4
Sertão	CST Tecnologia de Alimentos	4

Fonte: PI – Procuradoria Educacional Institucional.

Quadro 8 – Cursos com Avaliação Externa em 2014.

Campus	Curso	Conceito de Curso
Bento Gonçalves	Matemática	4
Caxias do Sul	Matemática	3
	Processos Metalúrgicos	4
	Educação Profissional e Tecnológica	3
Erechim	Design de Moda	4
Feliz	Processos Gerenciais	5
Ibirubá	Produção de Grãos	4
	Matemática	4
Osório	Processos Gerenciais	4
	Formação de Docentes para a Educação Básica	4
Rio Grande	Refrigeração e Climatização	3
	Educação Profissional e Tecnológica	3
Sertão	Agronomia	4
	Zootecnia	3
	Ciências Agrícolas	4

Fonte: Procuradoria Educacional Institucional.

Quadro 9 – Cursos de Graduação avaliados pelo INEP em 2015.

Cursos Avaliados	Campus	Datas das Avaliações	Conceitos	Portarias
Programa Especial Formação de Professores para os Componentes Curriculares da Educação Profissional	Farroupilha	22/02/2015 a 25/02/2015	4	
Licenciatura em Pedagogia	Porto Alegre	22/02/2015 a 25/02/2015	5	nº 309, de 28/04/2015
CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Canoas	01/03/2015 a 04/03/2015	4	nº 876, de 13/11/2015

CST em Logística (renovação de reconhecimento)	Canoas	29/03/2015 a 01/04/2015	4	
CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Sertão	31/05/2015 a 03/06/2015	4	nº 1038, de 23/12/2015
CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Restinga	24/06/2015 a 27/06/2015	4	nº 821, de 29/10/2015
Engenharia Mecânica	Erechim	16/08/2015 a 19/08/2015	3	
Licenciatura em Ciências da Natureza - Biologia e Química	Porto Alegre	23/09/2015 a 26/09/2015	4	
CST em Gestão Desportiva e de Lazer	Restinga	22/11/2015 a 25/11/2015	4	

Fonte: Procuradoria Educacional Institucional.

Quadro 10 – Cursos com ENADE realizado.

Campus	Curso	Ano de realização	CPC
Bento Gonçalves	Análise e Desenvolvimento De Sistemas	2014	3
Bento Gonçalves	Licenciatura em Física	2014	3
Bento Gonçalves	Licenciatura em Matemática	2014	2
Bento Gonçalves	Pedagogia	2014	5

Fonte: Procuradoria Educacional Institucional.

Conforme os dados apresentados, o IFRS se destaca por ter uma quantidade significativa de cursos avaliados com conceito 4. Tal panorama institucional nos revela o compromisso com a qualidade de ensino, bem como, com o bom andamento dos processos de gestão institucional.

7.3. Ações Acadêmico-Administrativas em Função dos Resultados das Avaliações do SINAES/MEC

Ao longo dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 os campi vêm se preparando para atender às dimensões e indicadores definidos pelos SINAES. Para tanto, foram realizadas reuniões com servidores docentes, técnico-administrativos em educação e discentes na busca constante deste propósito. Os campi que já receberam comissões de avaliadores externos têm orientado suas ações na perspectiva de superação das fragilidades apontadas, bem como, na consolidação de fluxos e processos.

Cabe lembrar que o IFRS tem uma dificuldade pontual em relação ao ENADE e aos indicadores que assim advêm: o próprio Ciclo do SINAES, por sua periodicidade articulada à frequência de ingresso dos estudantes, não permite, por vezes, a participação integral ou parcial (de integrantes ou concluintes), o que acaba não permitindo a definição de indicadores e conceitos de curso e da Instituição.

Ações de Superação 2017-2018

Como já mencionado nos relatórios anteriores no âmbito da Avaliação Institucional, cabe à CPA Central em conjunto com as CPAs Locais o esforço para consolidação da proposta e da cultura de Autoavaliação Institucional. As primeiras experiências de avaliação institucional multicampi, embora tenham representado um grande desafio, foram consideradas muito exitosas, principalmente no que se refere à participação da comunidade escolar e acadêmica no processo de avaliação institucional online. Cabe definir algumas ações de superação no âmbito da Avaliação Institucional para 2016:

- Fortalecer as ações de sensibilização junto às equipes diretivas dos campi para completar a adesão ao Programa de Autoavaliação;
- Intensificar as ações de sensibilização para participação dos discentes nas avaliações externas;
- Fomentar momentos de sensibilização e capacitação das equipes diretivas e coordenações de cursos para as avaliações externas, considerando que muitos cursos de graduação ainda estão por entrar em processo de reconhecimento de curso;
- Ampliar a divulgação, pelas CPAs Locais, dos indicadores e critérios definidos pelo SINAES para as avaliações externas;

- Contribuir para a implementação da Ouvidoria Institucional, bem como, regimentar este fluxo;
- Consolidar o Programa de Avaliação e Acompanhamento de Egressos vinculado ao Programa de Avaliação Institucional, conforme previsto do PAI IFRS;
- Aprimorar o Portal da CPA Central, priorizando a facilidade e a qualidade na comunicação.

8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS

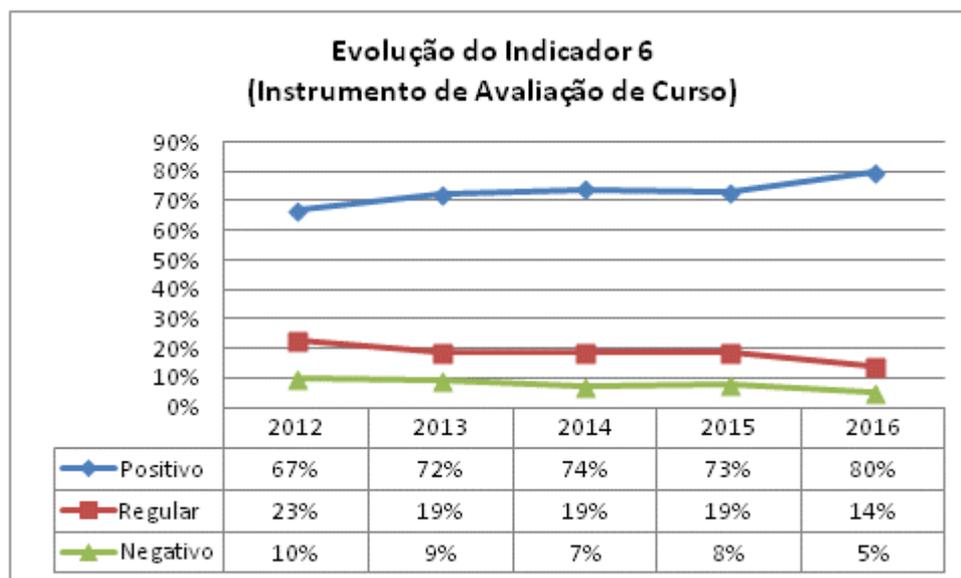
Os números aqui levantados e analisados nesse item referem-se à Dimensão 9 do SINAES (Políticas de atendimento aos estudantes).

8.1. Políticas de acesso, seleção e permanência e implementação de ações concretas, bem como de seus resultados

O Indicador 6 do “Instrumento de Avaliação de Curso” é uma importante referência para a análise da implementação das políticas de permanência dos estudantes na Instituição.

Figura 27 – Instrumento de avaliação do curso: Indicador 6.





Os resultados do Indicador 6 (Figura 27) “O curso apresenta ações de apoio ao discente como apoio pedagógico, monitoria, orientação de trabalhos, dentre outras”, apontam que 80% (7% a mais do que na avaliação anterior) concordam ou concordam plenamente com a existência dessas ações. Tais resultados indicam que o IFRS vem ampliando progressivamente as ações de apoio à permanência dos estudantes em seus cursos. Somente 5% (3% a mais do que na avaliação anterior) dos respondentes discordam da assertiva e 14% nem concorda nem discorda. Os dados obtidos revelam avanços nos últimos 3 anos e a ampliação destas ações vem sendo realizada no sentido de que a Instituição cumpra o plano de metas nos quesitos de eficiência e eficácia da permanência.

8.2. Descrição do programa de avaliação e acompanhamento de egressos e seus resultados

Em 2013 foi implementado um instrumento de autoavaliação composto de um formulário específico para os egressos do IFRS. Tendo em vista a ampla divulgação, o quantitativo de respondentes neste ano de 2015 foi insatisfatória. Sugere-se que a divulgação e a diversificação desta coleta de dados aconteça para que se possa verificar dados relativos aos profissionais formados no IFRS.

Ações de superação 2015-2016

A avaliação da Dimensão 9 do SINAES possibilita observar que o IFRS vem consolidando políticas de atendimento aos seus discentes no que se refere ao acesso, inclusão e apoio à permanência, atentando as necessidades e respeitando as peculiaridades de cada campus.

O programa de avaliação e acompanhamento de egressos precisa ser implementado de modo que haja participação efetiva dos egressos. Tais dados são fundamentais para a renovação das estruturas curriculares dos cursos e para a reflexão em torno da qualidade de ensino da Instituição e de sua relação com o mundo do trabalho.

9. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Dimensão 10 do SINAES volta-se para a sustentabilidade financeira apresentada pela Instituição: Sustentabilidade financeira. O IFRS, como uma instituição pública e federal busca a inserção no meio social garantindo o exercício pleno da cidadania, conhecimento e colocação no mundo do trabalho. Para cumprir este papel conta com recursos específicos que são inteiramente voltados para a educação no IFRS. Com estes recursos, o IFRS procura formular ações que consigam cumprir e superar o PDI, assim como o Termo de Acordo de Metas.

A seguir, apresentam-se dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Administração.

Tabela 4 – Despesas do IFRS.

Item Informação	9	13	15	16	17	18	22	23	25	28
	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	PROVISAO RECEBIDA	PROVISAO CONCEDIDA	DESTAQUE RECEBIDO	DESTAQUE CONCEDIDO	PRE-EMPENHADAS A EMPENHAR	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
UG Executora	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)									
158141 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO	282.840.931,12	340.459.457,12	0,00	65.213.654,64	8.568.449,08	387.622,61	200,00	279.606.501,19	277.866.527,68	277.848.057,20
152349 CAMPUS AVANÇADO DE ROLANTE/IFRS	149.253,08	149.253,08			0,00		0,00	149.253,08	149.253,08	149.253,08
154778 CAMPUS DE	118.169,66	118.169,66						118.169,66	20.296,49	20.296,49
154779 CAMPUS DE ALYORADA/IFRS	617.265,10	617.265,10		0,00	0,00		0,00	617.265,10	551.155,74	551.155,74
154780 CAMPUS DE	711.224,16	711.224,16		0,00	0,00		0,00	711.224,16	687.019,76	686.354,36
155129 CAMPUS VERANOPOLIS/IFRS	575.240,88	575.240,88			965.774,68		0,00	1.534.169,48	351.901,02	351.901,02
TOTAL DAS UGRS	2.171.152,88	2.171.152,88	0,00	0,00	965.774,68	0,00	0,00	3.130.081,48	1.759.626,09	1.758.960,69
158261 INST.FED.DO RS/CAMPUS PORTO ALEGRE			6.304.268,38		0,00		0,00	6.304.268,38	5.454.725,99	5.380.192,67
158262 INST.FED.DO RS/CAMPUS RIO GRANDE			7.539.396,54		177.039,55		0,00	7.716.436,09	5.040.917,94	5.040.917,94
158263 INST.FED.DO RS/CAMPUS SERTAO			8.901.794,27				0,00	8.901.794,27	7.199.718,29	6.770.057,47
158264 INST.FED.DO RS/CAMPUS BENTO GONCALVES			6.140.783,30		0,00		0,00	6.140.783,30	4.903.178,86	4.784.970,71
158265 INST.FED.DO RS/CAMPUS CANDAS			4.845.486,41				0,00	4.845.486,41	2.102.924,95	2.102.760,09
158325 INST.FED.DO RS/CAMPUS ERECHIM			3.553.805,14				0,00	3.553.805,14	2.363.658,48	2.320.672,99
158326 INST.FED.DO RS/CAMPUS PORTO ALEGRE - RESTINGA			3.679.426,32				0,00	3.679.426,32	2.598.640,14	2.584.153,94
158327 INST.FED.DO RS/CAMPUS OSORIO			2.515.977,88				0,00	2.515.977,88	1.903.355,71	1.889.138,27
158328 INST.FED.DO RS/CAMPUS CAXIAS DO SUL			3.086.179,49				0,00	3.086.179,49	2.211.094,59	2.211.094,59
158674 INST.FED.DO RS/CAMPUS FARROUPILHA			2.626.389,55				0,00	2.626.389,55	1.871.320,14	1.869.623,41
158675 INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBA			5.113.729,52				0,00	5.113.729,52	2.363.819,94	2.353.638,13
158676 INST.FED.DO RS/CAMPUS FELIZ			3.008.179,77	0,00			150,00	3.006.029,77	1.584.523,20	1.562.963,41
158743 INST.FED.DO RS/CAMPUS ROLANTE			2.067.073,83				0,00	2.067.073,83	465.645,09	220.151,48
158744 INST.FED.DO RS/CAMPUS YACARIA			1.598.574,38	0,00			0,00	1.598.574,38	1.132.355,34	1.116.188,50
158745 INST.FED.DO RS/CAMPUS ALYORADA			1.447.374,29				0,00	1.447.374,29	955.252,92	912.087,96
158746 INST.FED.DO RS/CAMPUS VIAMAO			2.787.215,57				0,00	2.787.215,57	397.994,19	370.286,49
Total	285.012.084,00	342.630.610,00	65.213.654,64	65.213.654,64	9.711.263,31	387.622,61	350,00	348.127.126,86	322.175.279,54	321.095.915,94

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Tesouro Gerencial.

Conforme a Pró-Reitoria de Administração, em 2016 foram descontados da execução orçamentária da Reitoria os valores relativos aos campi de Rolante, Vacaria, Alvorada, Viamão e Veranópolis, pois a execução orçamentária destes campi se deu por intermédio da Reitoria. Desta forma, estão evidenciados os valores líquidos de toda a movimentação de valores empenhados, liquidados e pagos a cada campus.

A dotação atualizada, como o próprio nome já diz, trata-se do valor atualizado do orçamento de acordo com as alterações legais, considerando as suplementações e reduções. Os destaques recebidos compreendem o crédito orçamentário em que um Ministério ou Órgão transfere para outro Ministério ou Órgão, recursos orçamentários para serem utilizados/executados. Os destaques concedidos compreendem o crédito orçamentário em que um Ministério ou Órgão transfere para outro Ministério ou Órgão, recursos orçamentários para serem utilizados/executados.

As provisões recebidas compreendem a descentralização de crédito orçamentário da unidade orçamentária de origem (Reitoria) para as unidades subordinadas (campus), dentro de um mesmo Órgão (IFRS). As provisões concedidas compreendem a descentralização de crédito orçamentário da unidade orçamentária de origem (Reitoria) para as unidades subordinadas (campus), dentro de um mesmo Órgão (IFRS).

Os valores apresentados na Tabela 4 representam todos os valores que transitaram no IFRS, tanto do orçamento inicial do próprio Ministério/Órgão (IFRS), quanto de valores recebidos por outros Ministérios/Órgãos.

Quadro 11 – Despesas empenhadas.

Descrição	Despesa Empenhada
Despesas com Pessoal	254.594.329,86
Despesas com Custeio	73.725.483,32
Despesas com Investimentos	19.807.313,68
Despesa Empenhada Total	348.127.126,86
Assistência ao Educando	10.211.309,51
Capacitação de Servidores	1.561.457,66

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Tesouro Gerencial.

Os valores destacados como Assistência ao Educando e Capacitação de Servidores já estão considerados dentro dos valores totais empenhados.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2016, a CPA Central em conjunto as CPAs Locais desenvolveram ações com o intuito comum da realização de um trabalho educativo voltado para a construção da cultura de avaliação institucional no IFRS. Algumas ações vêm sendo implantadas e outras consolidadas para atender esta prioridade, dentre elas: participação em seminários, reuniões abertas e uso das redes sociais. Para 2017, é preciso aperfeiçoar alguns fluxos e procedimentos desta comissão, bem como estreitar cada vez mais a interação entre CPA e equipe gestora, a fim de que o processo avaliativo institucional possa fazer parte da prática cotidiana da comunidade institucional.